



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

RODRIGO PEREIRA DA SILVA ROSA

PRÁTICAS DISCURSIVAS NA CIDADE:
UMA CARTOGRAFIA DO URBANO E PERCURSOS DA/NA HISTÓRIA

RIO DE JANEIRO

2024

RODRIGO PEREIRA DA SILVA ROSA

**PRÁTICAS DISCURSIVAS NA CIDADE:
UMA CARTOGRAFIA DO URBANO E PERCURSOS DA/NA HISTÓRIA**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Linguística
da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como quesito para a obtenção do título de
Doutor em Linguística.

Orientadora: Prof^a. Doutora Tania Conceição Clemente de Souza

RIO DE JANEIRO

2024

RODRIGO PEREIRA DA SILVA ROSA

**PRÁTICAS DISCURSIVAS NA CIDADE:
UMA CARTOGRAFIA DO URBANO E PERCURSOS DA/NA HISTÓRIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como quesito para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

APROVADA EM:

BANCA EXAMINADORA

Presidente/Orient., Profa. Doutora Tania Conceição Clemente de Souza – MN/UFRJ

Professora Doutora Bethania Sampaio Correia Mariani – UFF

Professor Doutor Alexandre Sebastião Ferrari Soares – UNIOESTE

Professor Doutor Clevisvaldo Pinheiro Lima – UFPI

Professor Doutor Zoroastro Pereira de Araújo Neto – IFAL

Professora Doutora Lia Abrantes Antunes Soares – UFRJ, SUPLENTE

Professor Doutor Jonathan Ribeiro Faria de Moura – FIOCRUZ, SUPLENTE

CIP - Catalogação na Publicação

R788p Rosa, Rodrigo Pereira da Silva
Práticas discursivas na cidade: uma cartografia do urbano e percursos da/na história / Rodrigo Pereira da Silva Rosa. – 2024.
104 p. : il.

Orientadora: Tania Conceição Clemente de Souza.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Rio de Janeiro, 2024.
Bibliografia: f. 101-104.

1. Análise do discurso. 2. Cartografia do urbano. 3. Memória. 4.
Monumentos. 5. Linguagem. I. Souza, Tania Conceição Clemente, orientadora. II.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras. III. Título.

DEDICATÓRIA

Esta tese é dedicada aos meus pais, Gelson e Claudia, que com toda dificuldade social me constituíram enquanto filho, aluno e profissional.

Aos meus irmãos e sobrinhos, que estão comigo e suportam todas as minhas alegrias e tristezas.

À Tania Conceição Clemente de Souza, minha eterna professora e orientadora. Mulher que me fez enxergar o mundo através dos efeitos de sentidos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Oxalá e Obaluaê, por sempre estarem na dianteira espiritual e nos meus momentos de alegria e solidão, me dando forças para continuar seguindo.

A Exu, mensageiro e aquele que abriu todos os caminhos desde quando minha madrinha o pediu para me acompanhar nas andanças pelas ruas.

Aos meus pais que, mesmo não tendo toda instrução intelectual e financeira, me deram suporte e fortaleza durante meu crescimento e amadurecimento.

Aos meus irmãos, pelos momentos de alegrias e companhia durante esse processo que parecia nunca ter fim.

Aos meus sobrinhos, por serem meu afago, porto seguro e ponto de energização para continuar a escrita.

À CAPES, pelo financiamento durante esses quatro longos anos de doutorado.

Ao Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ, pela oportunidade em realizar um curso de doutorado com excelência e ter aulas com profissionais qualificados e comprometidos com o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

À Tania Conceição Clemente de Souza, capitã da minha jornada acadêmica. Por seu apoio, ensinamento, conselhos e broncas. Se hoje sou um pesquisador, um linguista e um professor, foi por conta de sua insistência em me instruir na vida acadêmica.

Aos professores membros da banca, por lerem atenciosamente meu trabalho e acompanharem minha jornada durante esse período de doutorado. A contribuição de cada um foi essencial para a construção desta tese.

Aos amigos (e muitos) que fiz desde o início da trajetória. Os de infância, das escolas, dos trabalhos, dos diferentes espaços sociais que frequento e da vida universitária. Vocês são essenciais em minha vida! Obrigado por todo suporte, toda risada, toda bronca e todo afago durante essa jornada acadêmica. Foram 12 anos ininterruptos e vocês não me abandonaram um minuto sequer! Obrigado por tanto!

Àqueles que vieram antes e que lutaram para que eu pudesse chegar até aqui. Falo dos ancestrais, dos que foram as flores da terra onde eu piso, dos que viveram, sofreram e caminharam por onde hoje eu caminho, sambo, canto e danço.

Aos meus alunos e colegas professores, por todo apoio e incentivo durante essa jornada.

*É mais do que fazer barulho e ver retomar o que é
nosso por direito.
Por eles, continuávamos mudos, quem dirá
fazendo história, até livro feito.
Entenda que descendemos de África e temos como
legado ressaltar a diáspora de um povo oprimido.
Queremos mais do que reparação histórica, ver os
nossos em evidência e isso não é um pedido.*

**Madume – Emicida, Drik Barbosa, Rico
Dalasam, Amiri, Muzzike e Raphão Alaafin**

Museus estão a procura de mármore negro pra fazer uma estátua minha.

Baco Exu do Blues

RESUMO

Explorar a cidade, questionar sua composição e refletir sobre os nomes das ruas que percorro, os monumentos que admiro e a arquitetura ao meu redor é o foco central deste trabalho. Através da Análise de Discurso de base materialista, pensamos o espaço urbano e suas significações como linguagem. Ruas, edifícios arquitetônicos e monumentos carregam histórias que são contadas oficialmente por aqueles que controlam a cidade de acordo com seu próprio interesse. Essa administração tem apagado ao longo dos séculos – e ainda tenta silenciar – outras narrativas, que também merecem ser evidenciadas. Histórias de figuras que foram marginalizadas, esquecidas e tornadas invisíveis pela narrativa dominante. Esses indivíduos têm nomes e memórias, e contribuíram para moldar a trajetória física, espiritual e cultural da cidade. Associar essa reflexão à Linguística, ao Discurso, à História e à Geografia é entender como se dá a cartografia do urbano que vai além de mapear o espaço. Cartografar o urbano é entender como a cidade significa e como os sujeitos se identificam atravessando e significando na cidade.

Palavras chave: Análise de Discurso; Cartografia do Urbano; Memória; Monumentos; Linguagem.

ABSTRACT

Exploring the city, questioning its composition and reflecting on the names of the streets through I walk along, the monuments I admire and the architecture around me is the central focus of this work. Through materialist Discourse Analysis, we think about the urban space and its meanings as language. Streets, architectural buildings and monuments carry stories that are officially told by those who control the city according to their own interests. Over the centuries, this administration has erased - and still tries to silence - other narratives that also deserve to be highlighted. Stories of figures who have been marginalized, forgotten and made invisible by the dominant narrative. These individuals have names and memories, and have contributed to shaping the physical, spiritual and cultural trajectory of the city. Associating this reflection with Linguistics, Discourse Analysis, History and Geography is to understand how the cartography of the urban takes place, which goes beyond mapping space. To map the urban is to understand how the city signifies and how subjects identify themselves by crossing and signifying in the city.

Keywords: Discourse Analysis; Cartography of the Urban; Memory; Monuments; Language.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Manifestante observa o fogo que atinge o edifício da delegacia de polícia em Minneapolis, nos Estados Unidos	50
Figura 2 - Estátua de Cristóvão Colombo derrubada em Minnesota, nos Estados Unidos	50
Figura 3 - Estátua do Borba Gato incendiada Avenida Adolfo Pinheiro, zona sul de São Paulo, no Brasil	51
Figura 4 - Busto de Ararigboia (grafia antiga): Niterói, RJ	56
Figura 5 - Atual monumento do Arariboia	56
Figura 6 - Brasão da cidade de Niterói com as legendas explicativas de cada item	57
Figura 7 - Museu de Arte Contemporânea e ao fundo, a Baía de Guanabara e a cidade do Rio de Janeiro	59
Figura 8 - Logotipo oficial da prefeitura de Niterói com o MAC como símbolo da cidade	60
Figura 9 - Ofício da Prefeitura de Niterói com o logotipo	60
Figura 10 - Totem do Circuito Turístico Ator Paulo Gustavo	63
Figura 11 - Led do site da revista Quem e a matéria que trata, especificamente, da padaria predileta de Paulo Gustavo em Niterói	64
Figura 12 - Placa indicativa da (antiga) Rua Coronel Moreira César	66
Figura 13 - Antônio Moreira César	68
Figura 14 - Estátuas do ator Paulo Gustavo e de sua personagem de maior sucesso Dona Hermínia no Campo de São Bento em Niterói	69
Figura 15 - Momento da substituição da placa da rua Coronel Moreira César para rua Ator Paulo Gustavo	70
Figura 16 - Monumento ao Descobrimento do Brasil e a figura de Pedro Álvares Cabral, aquele que leva a alcunha de “Descobridor”	74
Figura 17 - Coletivo Uruçu Mirim reivindicou ato na Glória, zona sul do Rio; após publicação de imagens teve conta suspensa pelo Twitter - Coletivo Uruçu Mirim	75
Figura 18 - Desembarque de escravizados na Alfândega (em frente à atual rua da Alfândega). Pintura de Johann Moritz Rugendas, 1835	77

Figura 19 - No ano 1904, durante a reforma urbana realizada pelo prefeito Pereira Passos, o Cais da Imperatriz também foi aterrado	78
Figura 20 - Chafariz em homenagem a Teresa Cristina. Iniciativa da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em homenagem ao desembarque da Imperatriz, esposa de D. Pedro II. Inauguração em 2/12/1872	79
Figura 21 - Atual Cais do Valongo, após as escavações de 2011, a partir das reivindicações do Movimento Negro. Em 2017, a UNESCO concede o título de patrimônio da humanidade ao espaço	81
Figura 22 - Vista do Jardim Suspenso do Valongo com casario de arquitetura francesa – hoje centro cultural	82
Figura 23 - Placa de informações do Jardim Suspenso do Valongo	82
Figura 24 - A Região Portuária – conhecida como Pequena África – e atualmente com o Circuito Herança Africana (pontos turísticos e memória dos negros escravizados)	86
Figura 25 - Vista da região central do Rio de Janeiro. À direita, o Palácio Duque de Caxias – antigo Ministério da Guerra; à esquerda, a Estação Central do Brasil e ao fundo, o Morro da Providência	88
Figura 26 - Monumento a Zumbi dos Palmares no centro do Rio de Janeiro ..	89
Figura 27 - Monumento a Zumbi dos Palmares pichado com a suástica	90
Figura 28 - Totem “Rotas para o Valongo” disponibilizado no Cais do Valongo como parte integrante do Monumento “Memória da Diáspora Africana”	92
Figura 29 - Monumento “Memória da Diáspora Africana” no Cais do Valongo (visão frontal)	93
Figura 30 - Monumento “Memória da Diáspora Africana” (visão transversal) ..	94
Figura 31 - Roda de Samba “Pede Teresa” na Praça Tiradentes, local onde se encontra o monumento a Dom Pedro I	99
Figura 32 - Página do Instagram da roda de samba: Pede Teresa com a imagem do Monumento a Dom Pedro I	100

SIGLAS

AD	Análise do Discurso
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAC	Museu de Arte Contemporânea de Niterói
MUHCAB	Museu da História e da Cultura Afro-brasileira
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SD	Sujeito do Discurso
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
ABRALIN	Associação Brasileira de Linguística

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	22
1.1 Dois momentos da Análise de Discurso no Brasil	24
1.1.1 Carlos Henrique de Escobar	26
1.1.2 Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi	29
1.2 Princípios e procedimentos na análise do verbal	32
1.2.1 Condições de produção e interdiscurso	33
1.2.2 Ideologia e sujeito	36
1.2.3 Formação Discursiva	37
1.3 Da análise do não-verbal	38
1.3.1 As formas do silêncio	39
1.4 Cidade, urbano e sentidos	41
1.4.1 Falas e gestos desorganizados na cidade	43
2 ARQUIVO E <i>CORPUS</i> DISCURSIVO	44
2.1 Do arquivo ao <i>corpus</i>	44
2.2 A constituição do <i>corpus</i> discursivo	45
2.3 Construindo o <i>corpus</i>	47
3 A IMAGEM, OPERADOR DE MEMÓRIA SOCIAL	53
3.1 Monumentos e cidades atravessadas	54
3.1.1 Niterói: da fundação aos gestos de comemoração	54
3.1.2 Niterói, a cidade com a mais bela vista	61
3.1.3 Paulo Gustavo: olhar Niterói com os olhos niteroienses	62
3.1.4 Niterói e a Rua Ator Paulo Gustavo	64
3.1.5 Por que uma rua com o nome Coronel Moreira César? Quem foi o Coronel Moreira César?	67

3.1.6 Por que uma rua com o nome Ator Paulo Gustavo? Quem foi o ator Paulo Gustavo?	69
4 O RIO DE JANEIRO MOVIMENTOS NA HISTÓRIA	70
4.1 Rio de Janeiro: o berço da coroa portuguesa	73
4.2 Rio de Janeiro: Cais do Valongo, o Jardim Suspenso e a Pequena África	76
4.2.1 Escravidão e desterro	76
4.2.2 Gestos de colonização e territorialidade	78
4.2.3 Revisionismo e lugares de memória em conflito	80
4.2.4 O Jardim Suspenso	81
4.2.5 Pequena África: “a flor da terra”	85
4.2.6 Centro da Cidade e os sentidos	88
4.2.7 Centro da Cidade e os sentidos	91
5 A LEI Nº 8.2025/2023 E OS EFEITOS DE SENTIDO: DERRUBAR? SUBSTITUIR?	96
CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS	101

PREFÁCIO

Ser um sujeito andante ou caminhante. É essa frase que melhor define a minha vida. Sempre fui de andar bastante, desde pequeno e por essas andanças sempre me interessei pela geografia de cada lugar que caminho. Circular pela cidade me faz questionar como ela foi fundada, desenvolvida e significada. Pensar nos nomes das ruas que compõem um bairro, os nomes dos bairros e da própria cidade e saber as condições de produção que levaram a nomeação de tal coisa é e sempre será o ponto norteador para descobrir histórias e descobrir mais de mim mesmo.

Lembro que, ainda novo, no ensino fundamental, perguntei à professora da minha escola o por que o nome do meu bairro era “Cubango”. Ela não soube me dar a resposta de pronto, mas pediu para que eu procurasse o professor de História, pois ele realizava uma pesquisa sobre o bairro. O professor Teones França¹ não só me ensinou a origem do nome “Cubango” (que, de acordo com o professor, o nome deriva de “u-bang-u”, junção de radicais indígenas e africanos e significa “anteparo escuro” “barreira escura”). O bairro possui uma forte ligação com a cultura negra pois, durante o período da escravidão, serviu como ponto de venda de negros escravizados vindos de Angola, sendo denominado como “Venda das Mulatas”.

Foi a partir dessa curiosidade que minha vontade de “cartografar” os lugares por onde transitava me fez, na transição do ensino fundamental para o ensino médio, pedir aos meus pais que me matriculasse em uma escola maior e longe do meu bairro. Era meu anseio saber mais sobre como a cidade era constituída. Já no Ensino Médio, estudei no Colégio Estadual Liceu Nilo Peçanha e lá havia um busto com o rosto do “patrono” do Colégio. Minha curiosidade em saber quem era Nilo Peçanha me fez buscar sobre a biografia dele. Minhas curiosidades me fizeram chegar à UFRJ e também a desenvolver meu intelecto e a circular pela cidade do Rio de Janeiro. No Rio, passei a frequentar rodas de samba, escolas de samba, bairros e verificar as diferentes configurações sociais, arquitetônicas e culturais da cidade.

¹ Teones França foi meu professor de História na 5ª e 6ª série do Ensino Fundamental II (hoje 6º e 7º ano) na Escola Estadual Drº Memória no bairro do Cubango, em Niterói. Ele é autor do livro “Sou Memória, Sou Cubango. Recanto da Raça Negra - Letramento, Samba e fé”, que conta a história do bairro onde nasci e residi até os 28 anos.

Andar pela cidade, se perguntar como ela é constituída e refletir sobre os nomes das ruas que caminho, os monumentos que observo e a arquitetura que vejo é o ponto norteador deste trabalho. Essas ruas, arquiteturas e monumentos possuem histórias que são narradas de forma oficial, por aqueles que administram (como bem querem) a cidade. E é essa administração que apagou por séculos (e ainda tenta apagar) as outras histórias – que também são minhas. Histórias de personagens que foram silenciados, soterrados e invisibilizados pela narrativa dominante. Estes personagens possuem nomes e memórias, e ajudaram a construir os itinerários (físicos, espirituais e culturais) que hoje faço. Atrelar essa reflexão pensando a Linguística, o Discurso, a História e a Geografia não foi uma tarefa fácil, porém me fez crescer enquanto sujeito que atravessa e vive a cidade em sua essência.

Que essa tese caminhe no e pelo urbano, contribuindo para a divulgação da ciência, das reflexões sobre a mudança de órbita da história e a eleição de novos monumentos, novos nomes de ruas com personagens do nosso tempo e do nosso real.

INTRODUÇÃO

Monumentos e documentos são importantes elementos de registro da história. Um monumento no espaço do urbano é definido, de acordo com Riegl (2014, p. 31), como “um tipo de estrutura que foi explicitamente criada para homenagear uma pessoa ou comemorar um evento, ou, ainda, um fato que se tornou relevante para um grupo social como parte de sua lembrança de tempos históricos”. Já, do ponto de vista da Análise de Discurso, pode-se falar em lembrança daquilo que deve ser lembrado a partir de certas condições de produção e de uma Formação Discursiva (sobre quem homenageia o que/ou quem).

Um documento, por sua vez, é texto ou qualquer objeto que se colige como prova de autenticidade de um fato e que constitui elemento de informação (Riegl, *idem*). Estas definições retomam um dos sentidos mais antigos atribuídos aos termos monumento e documento, os quais, neste trabalho, objetivamos analisar numa perspectiva discursiva. Assim deslocamos, criticamente, este batimento entre documento e monumento, para trabalhar toda e qualquer textualidade² como monumento. Cada monumento e documento carregam um registro histórico de um determinado momento do espaço urbano e nos leva a observar os sentidos da/na cidade e como as relações sociais entre memória e história se significam na reprodução e na ruptura com o passar do tempo.

Outra questão em foco, neste trabalho, é a reflexão do curso da história ao longo do tempo e sua relação com os monumentos e os documentos existentes em nosso país, particularmente nas cidades fluminenses: Niterói e Rio de Janeiro. Costumava-se, nos espaços formais de escolarização, ensinar um tipo de perspectiva histórica sobre o processo de formação de nossa pátria. Essa perspectiva era aquela que sempre procurou exaltar determinadas figuras que detinham feitos históricos: “o descobridor”, “a redentora”, “o ilustre fidalgo”, bem como em certa medida se exaltava os homenageados. Figuras essas que carregavam nos livros adjetivos positivos que exaltavam seus feitos em prol de uma idealização da pátria. A essa perspectiva chamamos de história oficial, entendida como a narrativa histórica que é promovida, reconhecida e ratificada por um governo, uma instituição ou um grupo dominante como a “versão” única de todo

² Nosso objeto abarca também trocas de placas de nome de ruas.

evento histórico ocorrido na sociedade e nação por um determinado período. De todo modo, a história oficial está a serviço de quem a controla, expondo, mesmo de forma inconsciente, seus valores, crenças, e interesses, como por exemplo, a criação de uma identidade nacional, ou justificar ações e projetos políticos (Kagan, 2009, p.3).

Autores como Walter Benjamin (1985) pensam como o conceito de história é resgate e fazem um batimento crítico em relação à história oficial³. Para Benjamin, a história não deveria ser contada de forma linear, como contas de rosário, distanciando o passado e o presente. O conhecimento deve ser associado à linguagem pela qual o sujeito se expressa e o real é apresentado. E é nossa intenção colocar em discussão o real da cidade e o real da história, nos motivando a escrever sobre a reflexão entre o passado e o presente, olhando o futuro (cf: Robin, 2016) e materialização dos cursos da história no urbano.

Atualmente, com a onda de derrubada de monumentos pelo mundo, evidenciada a partir de 2020, há uma questão em jogo para reflexões nos estudos da linguagem: como administrar a relação entre memória e urbano? Logo, para nós, o atual movimento de derrubada de monumentos parece funcionar como outras formas de narrar a história colocando, muitas vezes, em xeque a exaltação de personagens escravistas. As derrubadas, em suas condições de produção, clamam por justiça, a partir das práticas de decolonialidade⁴, podendo, assim, investir em outro curso da história, explorando a função do monumento no sentido foucaultiano:

(...) em nossos dias, a história é o que transforma documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina

³ Válido lembrar Indursky (2001, p. 38) quando observa que: “E, por serem o fechamento, a homogeneidade e a completude do texto propriedades estritamente simbólicas, pelo viés desse trabalho discursivo de desconstrução do efeito-texto, o sujeito-leitor desestabiliza igualmente aqueles sentidos que pareciam tão bem estabilizados, tão consistentes em seu *efeito de transparência*. Decorre daí o *efeito de inconsistência* de que fala Courtine (1999: *Chapéu de Clémentis*) sobre o interdiscurso aparecer como vazio, espaço de deslocamento, de ruptura e divisão na cadeia do reformulável.”

⁴ Entende-se por práticas de decolonialidade as formas de resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados. O decolonialismo é um movimento que se opõe à permanência de instituições, hábitos e práticas coloniais, mesmo após o fim do período colonial. Como exemplo, o questionamento a certos padrões impostos pela classe dominante (em relação ao fenótipo, à cultura, à raça, ao gênero), o deslocamento do foco da narrativa do colonizador, expondo as narrativas do povo negro e indígena são práticas decoloniais...

dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento (Foucault, [1969] 1987, p.8).

Na esteira do que venha a ser “derrubada de monumentos”, alargamos o conceito de monumentos para as homenagens inscritas nos nomes das ruas. O mesmo Estado que investe na nomeação das ruas – e, aqui, vale recuperar Rancière (2014) quando este aponta que “o nome identifica, ele não classifica” –, também faz substituir um tal nome por outro, fazendo cair em termos metafóricos uma página da história. Nesse ponto, monumento e documento se sobrepõem dando lugar ao nascimento de outros heróis.

São fatos como esses que nos levam a pôr em discussão a “troca de heróis” ocorrida na cidade de Niterói (estado do Rio de Janeiro), o velho e majestoso ícone da cidade – a estátua do índio Temiminó Arariboia é trocado, nos documentos oficiais do município, por um monumento arquitetônico: a imagem do Museu de Arte Contemporânea (MAC) e a antiga placa, na mesma cidade, identificada como “Rua Coronel Moreira César” passa a se chamar “Rua Ator Paulo Gustavo” e nos levam a pensar nos movimentos da história da cidade do Rio de Janeiro (também no estado do Rio de Janeiro) quando há o balizamento entre diversos fatos: a escravidão, o revisionismo histórico e as investidas de atualizar a memória da região do Cais do Valongo. Toda essa investigação é dada na atualidade, com a troca de heróis e renomeação de ruas, instalação de novos monumentos ocorridos desde 2021.

Tomando como ponto de partida nosso principal objetivo – investir em gestos de análise para a definição da cartografia do urbano, consideramos o conjunto dessas práticas assinaladas até aqui comportando a extensão do nosso objeto e, ao mesmo tempo, permitindo delinear nossos objetivos:

- (i) refletir, pelo viés da Análise de Discurso, a administração da memória no espaço urbano;
- (ii) explicitar os efeitos de sentido do processo de revisão da história oficial;

(iii) trazer à discussão o confronto entre os sujeitos e o Estado na administração da memória, buscando entender se tal movimento se ancora no desejo de ressignificação da história.

(iv) explorar a cartografia do urbano com relação à administração da memória, nossa análise caminha pela exploração do verbal e do não verbal.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Os pressupostos teóricos abarcados neste trabalho têm como linha central de reflexão a escola materialista de Análise de Discurso enquanto disciplina que nos permite pensar o espaço urbano como linguagem. Durante o percurso da análise, porém, recorreremos a outros conceitos oriundos de outras áreas do conhecimento dentro das Ciências Sociais. Considerando ainda que um dos nossos objetivos é explorar a cartografia do urbano com relação à administração da memória, nossa análise caminha pela exploração do verbal e do não verbal.

A Análise de Discurso (comumente chamada de AD), tem seu expoente na França nos anos de 1960, a partir dos estudos de Michel Pêcheux, com a proposta de oferta de um método de compreensão dos objetos da linguagem. Toma da linguagem não os *dados*, mas sim os *atos*. Nasce da discussão sobre como trabalhar o político, ou como afirma Courtine ([1982], 2016, p?): a AD procura compreender as formas textuais de representação do político. Se diferencia da Linguística estruturalista pois oferece uma variedade de ensinamentos sobre a estrutura de um texto e o papel de cada elemento dentro da estrutura textual. Já a linguística estruturalista preocupa-se, de forma recorrente, em descrever o papel de cada elemento na estrutura da frase. A análise de discurso vai além e nos possibilita compreender como um discurso pode ser construído para atender variadas especificações. Pêcheux nos oferece uma visão epistemológica sobre as ciências, colocando o discurso numa relação íntima com o processo sócio-histórico-ideológico.

A análise de discurso tal como a conhecemos no Brasil – na perspectiva que trabalha o sujeito, a história, a língua – se constitui no interior das consequências teóricas estabelecidas por três rupturas que estabelecem três novos campos de saber: a que institui a linguística, a que constitui a psicanálise e a que constitui o marxismo. Com a linguística ficamos sabendo que a língua não é transparente; ela tem sua própria ordem marcada por sua materialidade que lhe é própria. Com o marxismo ficamos sabendo que a história tem sua materialidade: o homem faz a história, mas ela não lhe é transparente. Finalmente, com a psicanálise é o sujeito que se coloca como tendo sua opacidade: ele não é transparente nem para si mesmo (Orlandi. [1999] /2015:15).

Em relação ao distanciamento da Linguística, a Análise de Discurso por si só não estuda a língua de forma isolada, a gramática, apesar de todo aporte teórico dos estudos linguísticos lhe interessar. A AD, como preconiza Pêcheux, toma a sintaxe como algoritmo do discurso. Discurso “tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.” (Orlandi, [1999], 2015, p. 13). Não há, nos estudos discursivos, o trabalho com a língua enquanto um sistema abstrato, mas sim com ela no mundo, através da interação entre os homens e sua produção de sentido, pensando na relação entre a língua e os sujeitos que a falam.

A grande razão de ordem teórica na base da formulação da Análise do Discurso aparece, sobretudo, inscrita na questão formulada por Pêcheux (1977) se haveria uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo, apesar de a Linguística comportar aspectos diversos e variados e serem algumas vezes até complementares na sua diversidade. Segundo o autor, a relação do logicismo (ou formalismo) com o sociologismo se institui pela antiga discussão entre *natureza* e *convenção*. De um lado, no âmbito do logicismo, buscam-se universais, enquanto no âmbito do sociologismo evidencia-se a dispersão e alteridade no espaço e no tempo. “Onde o logicismo enuncia leis e constrói uma *teoria gramatical*, o sociologismo efetua uma *descrição*, fazendo um estudo empirista dos dados.” (Pêcheux, 1977) (Souza, 2016: 123-124).

A Análise de Discurso resulta da reunião crítica de três disciplinas – Linguística, Marxismo e Psicanálise –, deslocando a forma de se estudar a linguagem humana. Para a AD, a compreensão da língua fazendo sentido, a percepção da língua enquanto trabalho simbólico e parte do trabalho social geral que constitui o homem e sua história é seu ponto norteador na produção de sentidos

Convém aqui lembrar que uma interdisciplinaridade orgânica não pode se constituir pela justaposição de disciplinas que, por suposição, contêm *a priori* elementos de rigor científico susceptíveis de esclarecer um problema determinado, a propósito do qual cada uma delas assumiria seus “pontos de vista” com algumas diferenças, mas provavelmente complementares, e isso pela simples razão de que, no caso de que nos ocupamos, o discurso não constitui em nada um objeto para as três “regiões de conhecimento” em questão (Courtine [1982] 2016, p. 17).

A partir dessa articulação interdisciplinar, a AD se constitui por uma configuração própria, que Courtine e Marandin (1981) a definem como “o lugar onde não se cessa

de “costurar e descosturar”. O que era necessário descosturar? Logo de início, as heranças: a de Foucault, de Saussure, de Althusser; e depois, as do próprio Pêcheux.” (*apud* Mazière, 2007, p. 57). Podemos pensar, assim, essa configuração a partir de Orlandi (1999):

A Análise de Discurso é herdeira das três disciplinas de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (Orlandi, [1999]2015, p. 18).

A confluência desses campos de conhecimento, a possibilidade de ruptura das fronteiras e a produção de um novo olhar sobre as disciplinas resulta no novo objeto que configura o discurso: efeito de sentidos entre os locutores. “Efeitos de sentidos entre os pontos A e B” (Pêcheux, 1969, p. 85) em que A e B correspondem a (inter)locutores historicamente determinados.

1.1 Dois momentos da Análise de Discurso no Brasil

Para falarmos da entrada da AD no Brasil, optamos por recorrer a entrevistas de dois intelectuais – Carlos Henrique Escobar e Eni Orlandi – ambos engajados na discussão das teorias das ideologias, numa postura, que podemos dizer de subversão, numa época em que se tem no Brasil o regime ditatorial que perdurou por 20 anos.

Carlos Henrique de Escobar Fagundes (1933-2023) foi filósofo, historiador, teatrólogo e semiólogo brasileiro, além de ser um dos fundadores da Escola de Comunicação da UFRJ e do Instituto de Artes e Comunicação da UFF. Viveu o

período dos “anos de chumbo”⁵ no Brasil. É um dos precursores, no Brasil, do campo denominado hoje como Análise do Discurso de linha francesa.

Com efeito, ele foi um dos principais articuladores – e também um dos primeiros a fazê-lo no Brasil – de uma teoria do discurso que envolve o tripé marxismo, linguística e psicanálise, tal como o propunham, na França, Michel Pêcheux e seu grupo. É também um dos principais leitores de Althusser em um momento em que ler esse autor era mal-visto tanto pela esquerda militante, quanto pela direita brasileira (Kogawa, 2014).

Na UFRJ, Escobar relata que ensinou

Saussure, linguística, semiologia, Marx, Nietzsche e até mesmo Heidegger. As condições foram de ensinar de forma pessoal e sem programas. Fiz isso quase por 40 anos. Fui professor (de Althusser, Pêcheux, Balibar, Gadamer, Heidegger, Derrida etc.) porque estes autores me inquietavam e despertavam os alunos e porque tinha como projeto discuti-los (Kogawa, 2014 p. 938).

Interessante destacar como Escobar nomeia os autores que fundamentavam suas aulas. Ele não se via como professor da disciplina X ou Y, não tinha como nomear os ensinamentos de autores tão diferentes num campo disciplinar único. As ideias de cada autor, por si só, já constituíam “disciplinas” plenas, por isso os enunciados “ensinei Saussure...”, como sendo os autores temas de suas aulas.

Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi (1942-...) é linguista e professora titular aposentada da UNICAMP. É um dos nomes mais relevantes no que diz respeito ao engajamento e popularização da Análise de Discurso enquanto teoria no Brasil. De 1971 a 1974 ministrou a disciplina de análise de discurso no curso de especialização em tradução na PUC/Campinas.

Como intelectual de forte presença nacional e internacional, Eni rompeu paradigmas nas universidades onde fez pesquisa, deu aulas e orientou bem mais do que uma centena de alunos de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. Seu percurso de reflexão não se inicia exatamente quando começou a atuar na universidade. Ele começa antes, nesse ponto de origem não detectável em que o sujeito se descobre impactado pela experiência da linguagem. Eni,

⁵ “Anos de Chumbo” é uma expressão que se refere ao período mais repressivo da ditadura militar no Brasil, que ocorreu entre o final de 1968 e março de 1974. O termo surgiu na década de 1970 e também foi usado em outros países da Europa. A expressão remete a um período de violência e intolerância política entre a extrema esquerda e a extrema direita.

com seu pensamento vivo, sem servilismos, aceitando o impensado, o contraditório, e sempre provocando deslocamentos, promoveu um trabalho inaugural problematizando os processos de produção e movimento dos sentidos a partir de dois campos de reflexão teórica: a Análise de Discurso, proposta por Michel Pêcheux e a História das Ideias Linguísticas, proposta por Sylvain Auroux (Grigoletto e Mariani, 2020, p. 247).

Sobre Escobar, trazemos trechos de duas entrevistas. Uma concedida a João Kogawa (Revista Diálogos, 2014) e outra a nós concedida (Revista Policromias, 2019). Sobre Orlandi, nos prendemos à entrevista dada a Evandra Grigoletto e Bethania Mariani (Revista da ABRALIN, 2020).

O recorte dessas entrevistas aqui selecionadas se prende⁶ ao recorte temático das perguntas.

1.1.1 Carlos Henrique de Escobar

No curso da história da AD no Brasil, o interesse pela disciplina no Instituto Nacional de Filosofia (IFICS-UFRJ) se dá com a vinda de alguns pensadores no campo das ideologias, incluindo Althusser e Pêcheux (década de 1960/1970). No entanto, como diz Kogáwa (2014, p. 929),

[...] para compreender as condições de emergência e de recepção da obra de Althusser e Pêcheux, é preciso ir mais longe. Voltar a um momento em que falar nesses autores custava a exclusão dos círculos intelectuais mais que a integração; em que ler e editar Althusser era interditado pela própria esquerda brasileira. Por outro lado, foi um momento em que ler Althusser e Pêcheux nunca se fez tão urgente.

Como se pode constatar, a AD já se fazia presente no Brasil desde os anos 60, e a leitura dos fundadores dessa disciplina era como se fosse possível engendrar por outros caminhos, forjando um recuo necessário na história e, ao mesmo tempo, projetando um tempo futuro outro. Ler a AD era cruzar linhas de fuga, num movimento claro de resistência constituído pelo desejo de ler e ouvir o proibido, o impensável. Afinal, diz Pêcheux (2009 [1975], p. 281), “Não há dominação sem resistência”.

⁶ Nossa entrevista teve oito perguntas enviadas por e-mail, as quais voltaram também por e-mail. Mantivemos a transcrição do texto original por ele enviado. (Cf: Entrevista com Carlos Henrique de Escobar Fagundes, Revista Policromias n. 4, v. 1, 2019).

Essa resistência se fazia de forma consciente, como diz Escobar:

Assumimos “Althusser” – e alguns dos meus livros exploram pensamentos ou aspectos do pensamento de Althusser. Nosso grupo de estudo e práticas políticas fez os primeiros estudos de sua obra, e tentou desdobrá-los no Brasil. Não conseguimos nos sobrepôr ao estalinismo, seus teóricos e sua máquina no Brasil. Na própria história política comunista, os lugares de Althusser e Pêcheux foram sempre urgentes (Kogawa, 2014, p. 935).

Só a leitura desses autores não bastava a Escobar, daí toma a iniciativa de trazer ao Brasil Althusser, Foucault, Derrida e Pêcheux (e outros). Como surgiu a iniciativa de trazer o Pêcheux ao Brasil, perguntamos.

Leitor e até mesmo representante dos *Cahiers pour l'Analyse* no Brasil, li inúmeros ensaios de Pêcheux e muitos outros em torno dele. Envolvido — e acredito que antes da chilena Marta Harnecker — na divulgação do marxismo althusseriano, me liguei também às reflexões de Pêcheux e dei conferências formando grupos de estudos pelo Brasil. As viagens eram pagas pela Universidade, pois preenchiam aquilo que se chama “cursos de férias”.

Conseguimos nos tempos da Ditadura Militar descobrir e ensinar Pêcheux (e Althusser) e sentir-se “comunista” auxiliando a luta armada. Pêcheux chega ao Brasil (com tradução da Maria da Glória Ribeiro da Silva) logo em seguida as traduções de Althusser e como afronta à unidade de Linguística da UFRJ daquela época (Rosa, 2019, p. 204).

São várias as formas de luta, e no caso de Escobar, além do enfrentamento direto aos militares, o que não o eximiu de sofrer torturas e prisões, fazer circular as ideias de Pêcheux e Althusser era o mesmo que “sentir-se “comunista” auxiliando a luta armada.” Lembramos, aqui, a força das políticas da escrita: a escrita não só transfigura os saberes, como também traz a divisão dos espaços – reais e simbólicos - “destinados a essa ou aquela ocupação, uma forma de visibilidade e de dizibilidade do que é próprio e do que é comum. Desta mesma forma supõe uma divisão entre o que é e o que não é visível, entre o que pertence à ordem do discurso e o que depende do simples ruído dos corpos” (Rancière, 2017, p. 8).

Escobar nos remete a corpos silentes disseminando as ideias de Pêcheux e Althusser, metáfora da luta armada. Tendo AD como arma é o que ressoa todo o tempo suas palavras, quando é perguntado se trabalhou com a Análise de Discurso:

Acho que trabalhei “a tempo inteiro” contra a Ditadura Militar, pois além da militância dava aulas na ECO (Escola de Comunicação da UFRJ), escrevia minhas peças partilhando com Ruth Escobar um grande movimento cultural em plena resistência contra a Ditadura. O meu texto (na revista Tempo Brasileiro) e um dos meus livros propuseram pensar Saussure na “semiologia” e no modelo (que então propus) da estrutura de produção. Não, eu não continuei este trabalho, isto é, o abandonei para trabalhar por inteiro o pensamento althusseriano.

Os estudos althusserianos sobre a “ideologia” — irremovível e sempre vibrante na luta de classes — sabem distinguir questões como “indivíduo e sujeito”, dimensão inconsciente (Lacan), subjetividade como “meio produzido” no seio e no propósito da Revolução (Rosa, 2019, p. 204-205).

A partir dessas reflexões, Escobar acaba por abordar a AD em seu todo quando traduz conceitos basilares, tais como:

“A questão da “subjetividade” — entre os marxistas que hoje provam a “crise do marxismo” (e o enigma de um capitalismo numa “crise limiar”, não mais as crises cíclicas do capital, mas uma crise suicidária onde o que está em questão é a terra e a vida). A “subjetividade” é trabalhada com sucesso (e confrontos) nas filosofias da pós-modernidade — e não apenas naquelas que se deixam atravessar pela psicanálise lacaniana, mas também naquelas que refletem as teses do desejo do ângulo, digamos, espinozista e deleuziano.

Atenção para o seguinte, não somos apenas os custos da história — do tempo ocupado e produtor das comunidades e dos sujeitos — somos também uma difícil intimidade com o abismal, o caos, o irresolvidamente inalcançável. Que se experiencia na vida e na morte e que se sabe como uma intimidade onde partilhamos — e partilharemos sob diferentes formas — aquilo que a filosofia e as artes “sabem sem saber” e situam como proximidade (Rosa, 2019, p. 205).

Apesar dos muitos anos de vivência, Escobar não se desenlaça de seus ideais forjados no curso da sua história, já que, como ele diz, não somos os custos da história, somos também uma difícil intimidade com o abismal, o caos e com o inalcançável. Enunciados que, a nosso ver, ressoam de perto a proposta da Análise de Discurso.

1.1.2 Eni de Lourdes Pulccinelli Orlandi

Embora não deixemos de reconhecer o legado de Escobar, não há como não se afirmar que a territorialização da Análise de Discurso como disciplina no Brasil se deve à vontade política de Orlandi de tomar a si a institucionalização e socialização da AD como um empreendimento “que significou muito trabalho, luta, expectativas, vitórias, frustrações. Que são pouco visíveis, pois o que se vê, desse vivido, é só o que parece suficiente para a Análise de Discurso existir. E tudo foi muito mais.” (Orlandi em entrevista para Bethania e Grigoletto, 2020)

O encontro de Orlandi com a Análise de Discurso se dá quando, ao viajar para a França em 1969, encontra o livro *Análise Automática do Discurso* 1969 (AAD69) de Michel Pêcheux, filósofo que inaugurou os estudos teóricos da ideologia através da materialidade da linguagem. Este livro apresenta o discurso como território fértil para os estudos da linguagem, com seus princípios e procedimentos próprios de análise.

Ao retornar para o Brasil em 1970 – em meio à ditadura militar – Orlandi começa a praticar a AD na Universidade de São Paulo (USP) e na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, ainda sem que a disciplina fosse chancelada como disciplina da grade curricular dos cursos. Nas disciplinas obrigatórias, a autora intercalava os textos obrigatórios com textos do AAD69 e apresentava aos alunos a figura de Michel Pêcheux e da Análise de Discurso. Uma atividade talvez escondida devido ainda a não institucionalização da AD enquanto disciplina:

Nem na graduação, nem na pós, havia um curso com este nome. Isto não me impedia de dar a aula que eu dava. Uma ciência clandestina? Uma forma de conhecimento de resistência? Eu não pensava muito nisso. Já havia, talvez, aprendido a usar o silêncio a meu favor. Eram tempos de ditadura e de cerceamento de liberdade. Os intelectuais eram, “naturalmente”, suspeitos. Como disse, no início, eu não esperava que as “coisas” existissem para me interessar por elas. Eu não nomeava meus percursos antes de fazê-los. Sempre comecei antes, e isto não foi fácil (Grigoletto e Mariani, 2020, p. 250).

Não tem como não se observar a semelhança entre Escobar e Orlandi no que se refere às condições de produção de suas iniciações na divulgação da AD. Não eram espaços propícios a isso, mas sabiam como trabalhar/lutar em silêncio, usando os

escritos de Pêcheux como bandeira de luta. Tempos depois dessas aulas clandestinas, dá-se o encontro entre Eni e Pêcheux na vinda dele ao Brasil, a convite de Escobar.

Só conheci Pêcheux, em 1982, em um congresso de ciência política no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), ocasião em que ele falou dos furos da ideologia, ou melhor, de que a ideologia é um ritual com falhas. E conversamos em um barzinho próximo ao IUPERJ. Ele me aconselhou a não ir a Paris naquele momento e a me aprofundar em meu trabalho. Me sugeriu a leitura do *Les vérités de la palice*, que eu ainda não havia lido. Ele viria dar um curso no Brasil. Não veio mais. Mas sua obra já estava posta. As repercussões de seus trabalhos se dariam de várias maneiras. Instalavam uma nova maneira de se trabalhar com o político e o simbólico, de significar a ideologia, fora do campo da Sociologia. Para mim foi um aceno para o futuro (Grigoletto e Mariani, 2020).

Como relata Orlandi, os anos da década de 1970 e 1980 foram fundamentais para a institucionalização da AD no Brasil, pois muitos foram os alunos que encontraram na disciplina uma possibilidade de expandir seus estudos e fomentar a divulgação da disciplina. Através de seminários, reuniões e conferências – de início no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP – a AD foi se popularizando e passou a ser nomeada como disciplina, ainda que muitos olhassem com estranhamento o deslocamento de sentido da ideologia, da historicidade e do político pelos estudos da linguagem.

Um dos aspectos que diferencia a forma como se trabalha a Análise de Discurso no Brasil e na França reside na escolha do objeto de estudo e como este se institucionaliza, como define Orlandi:

A Análise de Discurso é antes de tudo uma ciência da interpretação, que trabalha com processos de significação. Não só do discurso político. O que ela produz como análise pode, por outro lado, nos tornar melhores em nossa capacidade de praticarmos o político. Mas a posição-sujeito analista e a posição-sujeito militante têm suas especificidades e se diferenciam. [...] E considero, com clareza, que o lugar da Análise de Discurso que pratico, que praticamos, institucionalmente, é no departamento de Linguística. Lutei por isso (Grigoletto e Mariani, 2020, p. 254).

Como ciência de interpretação, a AD encontrou no Brasil um campo fértil de trabalho com os processos de significação. Como aponta Mazière (2007), no início os principais estudos e análises voltavam-se para textos políticos e textos fundadores e

depois os *corpora* foram construídos em uma heterogeneidade ampliada, por meio de um processo co-extensivo à análise, por um “trajeto temático” traçado no arquivo (capítulo iv), por uma abertura aos fragmentos do cotidiano (capítulo iii), por uma confrontação via informática com os “grandes *corpora*” que abandonam a montagem para voltar à antologia (capítulo iv). Paralelamente, a questão dos objetos (descrição social, círculos de qualidade...) e de “gêneros” (relato de viajantes, debates televisionados...) restabelecia novas homogeneidades (anexos) (Manzière, 2007, p. 15).

Com a institucionalização da AD e sua socialização, muitas pesquisas com objetos variados foram produzidas, sempre observando a linguagem não como função e sim como funcionamento, afastando a Análise de Discurso da análise de conteúdo, por exemplo, revelando a opacidade e a não transparência da linguagem. A AD materialista oferece uma possibilidade à discussão da ciência. Orlandi apresenta também um panorama sobre a produção científica realizada no Brasil com a Análise de Discurso:

A Análise de Discurso com seus resultados, ao longo de toda sua história, foi desenvolvendo um campo de questões que se tornaram imprescindíveis para a compreensão não só do homem, da sociedade, da história, do político, mas levantou novas questões postas pela ideologia para as ciências em geral. Penso, sim, que este desenvolvimento se dá, principalmente, ou primordialmente, no Brasil, com reflexo na Análise de Discurso produzida em outros lugares. Não porque as “influenciasse”, mas porque produzimos, com nossos estudos e pesquisas, deslocamentos no campo das ciências da linguagem, em geral. Isto se tornou objeto de interesse mesmo para os que desenvolvem seus estudos em outros países (Grigoletto e Mariani, 2020, p. 263).

Esse excerto da entrevista de Orlandi deixa antever a expansão que toma a AD no Brasil, bem como a sua territorialização. Os muitos e diversos projetos – no campo da Análise de Discurso e no campo da História das Ideias Linguísticas – vão forjando o perfil da AD que se sedimenta nos inúmeros trabalhos resultantes das iniciativas (muitas!) de Orlandi. Como ela mesma diz “quando olho para trás o que

percebo como visível, como contável, é só a ponta de um iceberg.” (Grigolletto e Mariani, 2020, p. 264).

Uma significativa avaliação desse percurso, encontramos em Mazière:

É, sem dúvida, no Brasil, essencialmente em Campinas, SP, nos trabalhos dirigidos por Eni Orlandi, que a questão do sujeito, organizada pela ideologia e pelo inconsciente, pôde ser o mais completamente explorada. As equipes têm, ao mesmo tempo, um excelente conhecimento dos textos fundamentais da AD, pela crítica e pela verificação em corpora diversificados: corpora de discursos civilizadores, civilizados, censurados, instituintes, instituídos, em contatos, em conflito, em instituições como as academias, as universidades, a escola, a rua, nos instrumentos lingüísticos que são os manuais, as gramáticas, os dicionários, e em uma língua diversa e dividida, em português, em brasileiro, em língua geral (tupi) [...] (Manzière, 2007, p. 66).

Afinal, com o esgarçamento do objeto empírico da Análise de Discurso, atualmente é possível se realizarem pesquisas que são do interesse da ciência da linguagem no campo das Ciências Humanas e Sociais, pois o discurso como objeto produz um deslocamento de saberes e interesses, com condições próprias. Sobre a Análise de Discurso no Brasil, apontamos aqui apenas parte do que pode ser “visível” e “contável”.

1.2 Princípios e Procedimentos na análise do verbal

Para pensar os princípios e procedimentos da análise do verbal, gostaríamos de partir de Pêcheux (2011a, p. 147), sobre a definição de análise de discurso como:

Toda prática que deriva seja do campo das leituras de arquivo (desde que corpora sejam constituídos), seja do campo da análise linguística do “fio do discurso” (desde que esse “fio” ultrapasse as fronteiras da frase). Pela perspectiva na qual nos situamos aqui, é preferível reservar o uso deste termo às práticas que *combinam efetivamente o imperativo de construção de corpus com a análise linguística das sequências*: isso é para sublinhar o papel do interdiscurso dentro da análise interfrástica (ou intradiscursiva), tanto quanto a importância da análise léxico-sintática e enunciativa na apreensão do interdiscurso como corpo de traços que formam a memória.

Dando sequência ao pensamento pecheutiano, Courtine ([1982] 2016, p. 15), propõe orientações teóricas e a construção de procedimentos para que se efetuem as análises de discursos:

O discurso como objeto deve ser pensado na sua *especificidade*. A adoção de uma concepção especificamente discursiva, deve evitar, se é verdade que o discurso pode ser pensado como uma relação entre o linguístico e o ideológico, reduzir o discurso à análise da língua ou lhe dissolver dentro da perspectiva histórica sobre a ideologia como “representação”.

Considerar que o objeto da Análise de Discurso não é, em si, estritamente a relação entre o linguístico e o ideológico, mas sim a materialidade discursiva, leva Courtine a propor dispositivos constituídos por proposições teóricas que favorecem as análises de discursos. Tais proposições englobam os conceitos que serão apresentados nas seções seguintes.

1.2.1 Condições de produção e interdiscurso

As condições de produção na Análise do Discurso (AD) referem-se ao conjunto de circunstâncias, contextos e elementos que envolvem a produção de um discurso. De acordo com Pêcheux e Fuchs ([1969] 2014, p. 179), “as condições de produção de um discurso não são espécies de filtros ou freios que viriam inflectir o livre funcionamento da linguagem (...)”. Observamos que a definição de condições de produção é pensada a partir de um deslocamento da teoria linguística, quando a AD ressignifica seus pressupostos na validação de que a História e o Sujeito são importantes para a produção de sentidos. Assim, as condições de produção de um discurso são vistas e pensadas a partir da relação entre o que é interno ao sistema linguístico e o que age fora dele, sendo este último proveniente do ambiente sócio-histórico no qual o sujeito está inserido.

Para chegar ao conceito de Condições de Produção, Michel Pêcheux questiona dois modelos comunicacionais existentes:

O primeiro, racional, derivado das teorias psicofisiológicas e psicológicas do comportamento; e o segundo, informacional, derivado das teorias da sociologia e das teorias psicossociológicas da comunicação. Enquanto o primeiro desconsidera o comportamento humano e linguístico; o segundo, apesar de recuperá-lo, trazendo o protagonismo dos sujeitos envolvidos na comunicação, restringe-se em considerá-los como transmissores de informação circunscritos pela situação atual, apagando, desse modo, os aspectos sócio-históricos fundamentais à produção de sentido (Pêcheux *apud* Oliveira; Radde, 2020, p. 48).

Ao realizar esses questionamentos, o autor salienta a importância de considerar os enunciados linguísticos de dimensão superior à frase como funcionamento que não se restringe ao linguístico, pois as condições de produção possibilitam acesso à exterioridade. Assim, é possível extrair da superfície linguística a historicidade dos sujeitos que enunciam suas práticas.

Jean Jacques Courtine é outro autor que pensa a noção de condições de produção e salienta que a noção, heterogênea e instável, faz dela

o lugar onde se opera uma *psicologização espontânea* das determinações propriamente históricas do discurso (o estado das contradições de classe numa conjuntura determinada, a existência de relações de lugar a partir das quais o discurso é considerado, no centro de um aparelho, o que remete a situações de classe) que ameaça continuamente transformar essas determinações em simples circunstâncias em que interajam os “sujeitos de discurso”, o que equivale também a situar no “sujeito de discurso” a fonte de relações de que ele é apenas o portador do efeito (Courtine [1981] 2014, p. 51).

O autor ainda sobre as condições de produção, ressalva que os planos histórico, psicossociológico e linguístico são justapostos, não possuindo hierarquia em relação à ordem de determinação indicada.

Essas condições desempenham um papel crucial na compreensão do significado do discurso, uma vez que afetam a forma como as palavras são escolhidas, os sentidos são construídos e a linguagem é utilizada em um contexto específico. A análise das condições de produção é uma abordagem essencial na AD para se entender como trabalham as influências sociais, políticas e ideológicas presentes nos discursos.

Como pontua Orlandi ([1999] 2015, p. 28):

O lugar em que o sujeito se encontra, histórico-social, é o ponto de partida da Análise de discurso, ou seja: Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. O contexto amplo é o que traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam de nossa sociedade, com suas instituições, entre elas as universidades, no modo como ele representa, como organiza o poder, distribuindo posição de mando e obediência. E, finalmente, entra a história, a produção de acontecimentos que significam na maneira como o negro está relacionado ao fascismo, à direita, e o vermelho ao comunismo, à esquerda, segundo um imaginário que afeta os sujeitos em suas posições políticas (Orlandi, [1999]/2015:28).

Pensando a noção de sujeito, que será explicitada a seguir, inferimos que ele, ao pronunciar ou interpretar um discurso, é levado a decisões que façam seu discurso ter sentido, pois são as condições de produção do discurso que nos permitem pensar a relação do real da língua com o real da história, a base linguística de todo fato discursivo e os efeitos expoentes disso devido à conjuntura de uma formação social determinada⁷. As condições de produção nos possibilitam verificar um acontecimento histórico e social devido à ideologia que materializa todo discurso produzido.

Para entendermos as condições de produção devemos entender, antes, que a memória também faz parte da produção do discurso, pois ela aciona e “faz valer” as condições de produção (Orlandi [1999] 2015, p. 28). As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso (pré-construído). E todo discurso se delinea na relação com os outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória. Logo, a memória é entendida como interdiscurso⁸, pois possui características quando pensada em relação ao discurso. Em sua definição:

Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (Orlandi [1999] 2015, p. 29).

⁷ Anotações de aula da Professora Dr^a Tania Clemente.

⁸ Conferir, para a diferença entre memória e interdiscurso, Indursky, F: **A memória na cena do discurso**. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (orgs.). Memória e história na/da Análise do Discurso. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

Pêcheux (2015) discorre sobre a noção de interdiscurso na produção e interpretação do discurso, salientando que isso não é possível numa esfera individual do sujeito psicológico. Tal condição de produção vai residir na existência de um corpo sócio-histórico de traços discursivos que constitui a memória.

O termo *interdiscurso* caracteriza esse corpo de traços como materialidade discursiva, exterior e anterior à existência de uma sequência dada, na medida em que esta materialidade intervém para constituir tal sequência. O não-dito da sequência não é, assim, reconstruído sobre a base de operações lógicas internas, ele remete aqui a um já-dito, ao dito em outro lugar: assim, a noção discursiva de pré-construído deve ser distinta da noção lógica de pressuposição, da mesma forma a noção discursiva de discurso transverso se distingue da noção lógica de implicação (Pêcheux, 2015, p. 145).

A definição de memória em questão não é a definição encontrada na memória psicológica e nem na memória cronológica que estabelece uma relação com o passado. É a memória discursiva, conceito que é uma das bases da Análise do Discurso, explorado por nós mais adiante.

1.2.2 Ideologia e sujeito

Quando a Análise de Discurso de base materialista tem na sua constituição três áreas de conhecimento - Linguística, Marxismo e Psicanálise, tem-se uma articulação dessas três disciplinas por construção crítica:

- (i) Indaga-se da Linguística (estruturalista) a elisão do sujeito na constituição da língua e dos sentidos. O estudo do sistema/estrutura se basta e aí se elide toda a historicidade que atravessa os sujeitos e a língua.
- (ii) Indaga-se do Marxismo, ao se centrar no político-ideológico, a elisão do inconsciente, deixando de lado o equívoco, o ato falho, o não-dizer, apesar de todos esses aspectos se materializarem na língua.
- (iii) Indaga-se da Psicanálise, a elisão do político, do ideológico, da história que faz diferenciar cada sujeito individualmente.

A partir daí, define-se o sujeito como sendo o indivíduo interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente.

A noção de sujeito é pensada a partir de um não reconhecimento das noções de sujeito encontradas na linguística, como responsável pelo sentido. Pêcheux, com base no materialismo histórico, na psicanálise e na linguística, salienta que o sujeito é aquele que é interpelado pela ideologia através das práticas discursivas, sendo o sujeito do inconsciente, estruturado na língua.

Uma vez interpelado pela ideologia, o sujeito é descentrado, deixando de se constituir como a fonte do sentido. Calcado nessa perspectiva não cartesiana, desloca-se a pergunta “O que o texto quer dizer?” para “Como o texto significa?”, deslocamento que sustenta a noção de discurso como efeitos de sentido.

1.2.3 Formação Discursiva

A noção de formação discursiva (FD) não é isenta de questionamentos e discussões. Courtine (2016; [1980]) coloca em pauta duas interpretações errôneas do conceito de uma formação discursiva:

Estas tentativas representam, a nosso ver, duas modalidades que não abrangem o discurso como objeto, o que as conduziria, da nossa perspectiva, a duas interpretações errôneas do conceito de FD: uma FD não é um único discurso para todos”, nem é “a cada um o seu discurso”, mas deve ser pensada como “dois (ou vários) discursos em um só.” Duas modalidades diferentes de um mesmo esquecimento: aquele da contradição como princípio constitutivo de toda FD.

Considerando assim uma FD como uma unidade dividida, uma heterogeneidade em relação a si mesma: o encerramento de uma FD é fundamentalmente instável, ele não consiste em um limite traçado separando de uma vez por todas um interior e um exterior do seu saber, mas se inscreve entre diversas FD como *uma fronteira que se desloca* em função das questões de luta ideológica (Courtine, 2016, p. 18-19).

A partir dessas colocações, o autor é levado a redefinir teoricamente o conceito de FD, assinalando que é preciso “identificar as modalidades de contato entre FD dentro de formações ideológicas que se unem e dividem ao mesmo tempo uma contradição desigual.” (Courtine, 2016, p. 19). Ainda se faz necessário caracterizar

os efeitos discursivos da hegemonia ideológica, colocando em evidência que mesmo dentro de uma FD “dominada”, os elementos pré-construídos são “acolhidos, absorvidos, reconfigurados ou mesmo negados e ignorados” (Courtine, 2016, p. 19).

Quanto a Pêcheux (1975), anteriormente a Courtine, investe na discussão da produção do sentido: “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam.*” (Pêcheux, 1975, p. 160), uma vez que estão inseridas em formações ideológicas (relações de força). Assim, Pêcheux passa a chamar de

formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (Pêcheux, 1975, p. 160).

Um ponto em comum entre os dois autores – a resignificação dos pré-construídos em Courtine, ou a constante resignificação de palavras, enunciados, etc., proposta por Pêcheux – reside na construção dos sentidos que é formulada dentro das Formações Ideológicas, pensadas por Pêcheux (1969) como as relações de forças que se estabelecem, no âmbito da interlocução, como relações de solidariedade, de antagonismo, de dominação, de conflito, etc.

1.3 Da análise do não-verbal

O objeto da Análise de Discurso quando da formulação da disciplina é pensado, em princípio, a partir de um *corpus* que reunia textos de arquivo. Pêcheux (2011a, p. 146), no entanto, dá uma dimensão complexa ao objeto da Análise de Discurso:

a língua natural não é uma ferramenta lógica mais ou menos falha, mas sim o espaço privilegiado de inscrição de traços linguageiros discursivos, que tecem uma memória sócio-histórica. É esse corpo de traços que a Análise de Discurso se dá como objeto. Através do viés “técnico” da construção do corpus heterogêneos e estratificados, em reconfiguração constante coextensivos a sua própria leitura.

Assim, levando em conta o percurso da AD no Brasil, o escopo da disciplina se alarga ao se tomar como objeto de investigação a linguagem não verbal. A forma como a AD se estrutura – “como uma ciência em que a análise precede, em sua constituição, a própria teoria e que no instante em que o analista tem o objeto a ser analisado, a teoria vai se impondo” (Souza, 2016, p. 131) –, aos poucos vai se esgarçando o objeto no escopo da investigação discursiva. Entre os primeiros trabalhos de análise do discurso do não verbal estão o estudo sobre as formas do silêncio (Orlandi, 1992; 1995) e o estudo sobre a relação imagem e discurso, desenvolvido por Souza (1997; 2000; 2001; 2018, dentre outros).

Orlandi (1992, 1995) vem denunciando como na nossa sociedade o não verbal é repassado pelo verbal, consequência de uma redução que decorre “do fato de linguagem vir sempre definido pela ótica da Linguística “e assim se apagam as diferenças entre o verbal e o não verbal, ou então se submete um (o não-verbal) ao outro (ao verbal)” (1995, p. 35).

Como diz a autora, a AD não trabalha só com as formas abstratas, mas com as formas materiais da linguagem. Logo, o processo de produção de sentido se constitui pela materialidade que lhe é própria, pois, “a significância não se estabelece na indiferença dos materiais que as constituem, ao contrário, é na prática material significativa que os sentidos se atualizam, ganham corpo, significando particularmente.” (1995, p.35).

É ao encontro dessa fundamentação que Orlandi investe no estudo das formas do silêncio e Souza no estudo do não verbal com contribuição ao estudo da sonoridade (1994) e ao estudo da imagem (1997, 2000, 2001, 2018, entre outros).

1.3.1 As formas do silêncio

“Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio, sem história.” (Orlandi, 1992)]. Tal afirmativa se contrapõe à noção de Ducrot (1972), quando define o não dito decorrente do dito, como numa frase “não fumo mais”, está implicado o fato de que alguém já fumou. Essa forma de se entender o não dito, não só decorre do predomínio do verbal, como reafirma uma perspectiva conteudista na análise da linguagem.

A hipótese (incômoda para os que trabalham com a linguagem) coloca o silêncio como fundante, sendo este a própria condição da produção de sentido.

“Quer dizer, o silêncio é matéria significativa por excelência, um continuum. O real da significação é o silêncio. E como nosso objeto de reflexão é o discurso, chegamos a uma outra afirmação que sucede a essa: o silêncio é o real do discurso.” (Orlandi, 1992, p. 70)

Para Orlandi (1992), o silêncio se define como outra forma de se trabalhar o não dito. Silêncio é pausa na significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido; lugar de iminência do sentido, como o silêncio fundador: silêncio que indica que o sentido pode ser sempre outro.

A matéria significativa do silêncio tem sua natureza diferente da [matéria significativa] do verbal. Não opera pela descrição e pela gregariedade, deslocando assim a noção de partilha [segmentação/dupla articulação], de completude e também de dialogia.

A não-completude, que é própria a todo processo discursivo, vista na perspectiva da questão do silêncio, fica assim: (a) o silêncio, na constituição do sujeito, rompe com a absolutização narcísica do eu (...); o silenciamento é parte da experiência da identidade, pois é constitutiva do processo de identificação; (b) o silêncio, na constituição do sentido, é que impede o *non sense* pelo muito cheio, produzindo o espaço em que se move a materialidade significativa (o não-dito necessário para o dito) (Orlandi, 1992, p. 51).

Indaga Orlandi (1992): O silêncio é representável? Interpretável? O silêncio não é representável (acreditamos) e não é interpretável, mas compreensível. A fim de produzir uma mudança de terreno, a autora define o silêncio em si atribuindo-lhe um valor positivo. Essa mudança deriva do fato de levar em conta o silêncio em todas as suas formas próprias de significar.

Há outras formas de silêncio que atravessam as palavras, que “falam” por elas, que as calam. Seguem recortes da reflexão sobre silêncio e sentido proposta em Orlandi (1995 e 1999). O silenciamento se define em duas formas: constitutivo, quando uma palavra apaga outras palavras (para dizer é preciso não dizer: se digo ‘sem medo’ não digo com ‘coragem’); silêncio local, como a censura. Aquilo que é

proibido dizer em certa conjuntura. É o que faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer: durante a ditadura não se diz a palavra ditadura, povo, vermelha etc.

As relações de poder produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras. Logo, é preciso observar o que não está sendo dito, o que não pode ser dito etc. O que ‘vote sem medo’ silencia? O que não deixa dizer? Enfim, o silêncio significa, não fala.

Há, ainda, outras formas de linguagem que imprimem sentidos a diferentes objetos, como, por exemplo, a organização da cidade nos espaços urbanos.

1.4 Cidade, urbano e sentidos

Pensar a cidade e seus atravessamentos implica em trabalhar a polissemia e a questão de como significa a cidade e os sujeitos que buscam habitar a cidade. Pela ótica discursiva, urbano e cidade se sobrepõe, de tal modo que o “discurso do urbano silencia o real da cidade (e o social que a acompanha)” (Orlandi, 2001, p. 13). Assim, desse silenciamento resulta “uma deriva ideológica que homogeneíza o modo de significar a cidade” (Orlandi, 2001, p. 14) pela tensão entre o uso indiferente do “discurso ordinário e o discurso administrativo, do Estado, que toma as formas do jurídico e do político indiscriminadamente” (Orlandi, 2001).

A cidade não possui um sentido único.

As formas como podemos significar a cidade são várias. Rolnik (2009), por exemplo, apresenta “a cidade como escrita, a cidade como imã, a cidade política, a cidade como mercado e a cidade do capital”. Como o político na Análise de Discurso se define como disputa, partição de sentidos, os muitos aspectos apontados por Rolnik, em verdade, se abrigam sob o político.

Rolnik (2009) metaforiza a relação cidade e escrita como tijolos que marcam a relação homem/natureza existente entre o empilhar tijolos – gerando formas geométricas, e o agrupamento de letras, formando palavras que representam sons e ideias. Assim, a cidade significa uma forma de escrita. Considerando o momento atual, o movimento de derrubada de monumentos e a eleição de possíveis outros monumentos a serem erigidos vem ao encontro de mudar a escrita com que se escreve a história dos sujeitos na relação com a cidade.⁹

⁹ Retomamos essa afirmação na seção 2.3.

No que se refere à gestão dessa escrita, há aqueles que podem e devem escrever a cidade e gerir a memória oficial e há aqueles que não têm direito à reescrita da cidade¹⁰. A necessidade de organização da vida na cidade fica a cargo de uma autoridade político-administrativa encarregada de sua gestão e representante do povo. Assim, tudo o que acontece na cidade pressupõe a divisão dos direitos, o que põe em xeque o direito dos sujeitos à cidade: estes podem atravessar a cidade em formas diferentes de subjetivação (como observa Orlandi), mas não podem dispor da escrita do urbano enquanto cidadãos com direito à cidade.

O paradoxo a que nos referimos se materializa na forma como o Estado individua os sujeitos: os gestos administrativos na deliberação de quem têm direito ao monumento vêm em prol de relegar os fatos – sejam eles quaisquer: fazer figurar o colonizador, o escravocrata, o ditador, o descobridor, etc. – no domínio da memória, pensado por Courtine (1984), como redes de formulações, em relação com controle e apagamento. Em contrapartida, os gestos daqueles que buscam fazer circular uma outra via da história são julgados como atos de delinquência e desacato à ordem dos gestores oficiais e à ordem do discurso inscrita oficialmente na cidade que se escreve pela configuração e distribuição territorial dos monumentos.

A organização da cidade pressupõe “injunção a trajetos, a vias, a repartições, a programas, a traçados e a tratados. Do ponto de vista simbólico, entretanto, organização e desorganização se acompanham” (Orlandi, 2004, p. 63). Dessa injunção, resultam “*falas desorganizadas*” (idem) no trabalho de reprodução e ruptura trazido pelas relações sociais. Na disputa dos sentidos na/pela cidade os sujeitos se (des)organizam num gesto de levante contra a divisão dos papéis e dos direitos sociais.

Encontramos as “*falas desorganizadas*” no Rio de Janeiro, onde os sujeitos se (des)organizam e tentam fazer circular outra via da história diferente daquela posta pelo Estado e contrária à eleição daqueles que são e serão homenageados. Gestos passíveis de análise em nosso trabalho.

¹⁰ A administração do espaço público é de responsabilidade do Estado, logo, a princípio, os sujeitos não podem – institucionalmente – administrar o urbano. A não ser por interferências e investidas que podem ser pensadas, com Orlandi (2001), como gestos de (des)organização.

1.4.1 Falas e gestos desorganizados na cidade

O escopo do nosso trabalho recobre tanto pensar sobre as investidas de determinados grupos engajados em movimentos que se manifestam contra certos monumentos referendados pelo Estado, como aqueles que representam personagens dignos de homenagens (?), quanto refletir sobre os gestos administrativos de (des)organizar a cidade já dada, para eleger outros heróis, com a intenção de se trabalhar um revisionismo histórico.

As falas desorganizadas, segundo Orlandi (2004), são os lugares onde os sentidos faltam, lugares onde podem ocorrer novos processos de significação que vão perturbar a ordem do discurso e a organização do social. No processo de derrubada de monumentos e revisão de documentos, evidenciadas a partir de 2021, há uma perturbação da ordem do discurso já posto e da organização social. Os monumentos e os documentos, elementos simbólicos da memória, são questionados pelos sujeitos na atualidade, por conta do processo da revisão da história. Entra em questão o papel da memória (Archad, 1999) em funcionamento. A que memória servem os monumentos e documentos em questão?

O cálculo de nossa proposta passa, assim, pelo que Orlandi (2001; 2004) propõe, mas além das falas desorganizadas, interessa, sobretudo, os gestos (des)organizados que vêm se instituindo no percurso das cidades instaurando novos percursos para o sentido de urbano. Buscamos, assim, pensar como é possível ressignificar a cidade pelas investidas no urbano. Ou seja, buscar entender o que vem a ser gestos (des)organizados.

Partindo de Orlandi (2001 e 2004), podemos dizer que a cidade é significada por atravessamentos: “atravessamento na materialidade”, “atravessamento nos modos de significar”. Sobre atravessamentos, a autora amarra sua reflexão o sujeito, a história e a língua, e indaga:

Como significa a cidade? Que forma significante, de significação, é constituída na articulação que faz funcionarem os sujeitos e os sentidos em um espaço determinado que é o espaço urbano? Como os sentidos aí se constituem, se formulam e transitam? (Orlandi, 2004, p. 11)

É nesse movimento contínuo de sujeito e sentidos que se instaura a gestão/administração da cidade e, ao mesmo tempo, a (des)organização da cidade.

2. ARQUIVO E *CORPUS* DISCURSIVO

Tanto a noção de arquivo quanto a noção de *corpus* se revestem de uma certa complexidade à mesma medida que a AD¹¹ vai se estruturando e (re)definindo alguns de seus pressupostos, dando lugar inclusive ao esgarçamento do objeto da AD.

Considerando que nosso objeto abarca a organização do urbano, pela distribuição dos monumentos, julgamos pertinente retomar o histórico das definições de arquivo e corpus.

2.1 Do arquivo ao *corpus*

Guilhaumou e Maldidier (2016) sobre a noção de arquivo, recortam a definição assinalando dois momentos no campo da Análise do Discurso:

[...] a análise de discurso clássica recortava seu *corpus* de um arquivo que tinha como origem séries textuais impressas, já compiladas e analisadas pelos historiadores. Quando eventualmente nos interessávamos por sua materialidade, nós a tomávamos como uma evidência.

Nossa abordagem atual considera a complexidade do fato arquivístico. O arquivo jamais é dado; à primeira vista, seu regime de funcionamento é opaco. Todo arquivo, sobretudo manuscrito, é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de um selo, de uma instituição etc., ou ainda pelo lugar que ele ocupa em uma série. Para nós, essa identificação, essencialmente institucional, é insuficiente: ela não diz tudo sobre o funcionamento do arquivo, aliás, longe disso (Guilhaumou; Maldidier, 2016, pp. 115-116).

Dizem os autores que o arquivo **não** é um simples documento no qual se encontram referências, mas sim um instrumento que permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes. É nesse sentido que a Análise de Discurso ampliou seu campo de investigação: “do interesse pelo discurso doutrinário ou institucional, ela passou ao que poderíamos chamar história social dos textos”. (Guilhaumou; Maldidier, 2016, p. 116). Por esse viés, é que o arquivo se define como dispositivo da história social dos textos.

¹¹ Cf: A Análise de Discurso: Três Épocas (1983) (Pêcheux, 1990).

Remetendo ao nosso objeto, levamos em conta que um monumento não se define apenas como “um tipo de estrutura que foi explicitamente criada para homenagear uma pessoa ou comemorar um evento, ou, ainda, um fato que se tornou relevante para um grupo social como parte de sua lembrança de tempos históricos” (Riegl, 2014, p. 31). Para nós, a definição de monumento vai além dessa concepção no campo da história da arte. Trata-se de pensar o monumento como um dispositivo que, a partir da sua história, favorece refletir em perspectiva discursiva a organização do urbano e a administração da memória que aí se institui. Por que, por exemplo, o monumento em homenagem a Duque de Caxias está presente na mesma região onde existe um monumento em homenagem a Zumbi dos Palmares? São questões dessa ordem que nos levam a analisar, em perspectiva discursiva, os monumentos e movimentos sociais que são erigidos a partir de toda a historicidade que os cerca ontem e hoje.

São peças de arquivo, entretanto, consideradas em sua diversidade enquanto dispositivos, noção que nos leva à constituição do nosso corpus discursivo.

2.2 A constituição do *corpus* discursivo

A noção de corpus discursivo é trazida por Courtine ([1981] 2014, p. 54) quando se distancia da noção de arquivo:

Definiremos um corpus discursivo como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso. A constituição de um corpus discursivo é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa.

Todo corpus, segundo Courtine (2014, p. 57-58), toma sua forma que, no caso do corpus discursivo, este se realiza através da formação dos *corpora* efetivamente realizados. Trata-se de uma combinação simples ou complexa das seguintes dimensões:

- *Corpus* constituído por uma sequência discursiva/ por várias sequências discursivas. O trabalho de Harris (1952) representa um exemplo do primeiro tipo de *corpus*, enquanto a maioria dos trabalhos de AD se encontra na segunda possibilidade.
- *Corpus* constituído de sequências discursivas produzidas por um locutor/ por vários locutores. Essa dimensão é relativa ao(s) produtor(es) de discurso identificável(eis) em *corpus* determinado. Os *corpora* do primeiro tipo são mais raros que os do segundo.
- *Corpus* constituído de sequências discursivas produzidas a partir de posições ideológicas homogêneas/heterogêneas. Essa dimensão refere-se às análises de discurso político que são, em AD, mais frequentes que qualquer outra. Poder-se-ia falar igualmente de *corpora* constituídos de sequências discursivas que pertencem a uma formação discursiva/a várias formações discursivas.
- *Corpus* constituído de sequências discursivas produzidas em sincronia/ em diacronia. Essa dimensão, relativa à simultaneidade ou à sequencialidade temporal de produção das sequências discursivas, determina dois conjuntos de *corpora*: aqueles da primeira categoria, que parecem ser mais abundantes, e aqueles da segunda.
- *Corpus* constituído a partir de arquivos (ou “*corpora* pré-existentes”, conforme o termo de GARDIN & MARCELLESI, 1974, p. 241”)/ *corpora* experimentais (produzidos a partir de pesquisas empíricas por questionário, por respostas a certas regras...). Essa dimensão trata da natureza do modo de produção das sequências discursivas reunidas. Os *corpora* do segundo tipo são raros em AD.
- *Corpora* de dimensões simples/de dimensões complexas. Por *corpora* de dimensões complexas entende-se *corpora* que combinam restrições opostas em uma dimensão (ou em várias), por exemplo, *corpora* constituídos a partir de sequências discursivas produzidas em sincronia, e ao mesmo tempo, em diacronia, o que não acontece com os *corpora* de dimensões simples.

A complexidade que envolve a forma de cada tipo de corpus, como elaborado por Courtine (2014), deixa antever que a questão central da organização do corpus gira em torno da noção de Sequência Discursiva (SD), recortada em textos linguísticos. E é com base na noção de SD, que o autor vai também definir o que seria o discurso como objeto.

O discurso como objeto deve ser pensado na sua *especificidade*. A adoção de uma concepção especificamente discursiva deve evitar, se é verdade que o discurso pode ser pensado como uma relação entre o linguístico e o ideológico, reduzir o discurso à análise da língua ou lhe dissolver dentro da perspectiva histórica sobre a ideologia como “representação”. Pelo contrário, se trata de manter a

análise linguística, da qual certos procedimentos – notadamente sintáticos – fornecem a linguagem de descrição e a técnica de manipulação de sequências discursivas, e, por outro lado, a análise histórica das condições de formação dos conjuntos ideológicos como discurso. E com isso levar em conta a materialidade discursiva como objeto próprio, isto é, que produz seu lugar de proposições teóricas (Courtine, 2016, p.15).

Com relação à especificidade de nossa pesquisa, pautada na reflexão sobre a cartografia dos monumentos dispersos pelo espaço urbano, nos vemos diante da tarefa de delimitar e definir a construção do nosso corpus, fora dos limites do linguístico e partindo da definição de discurso como ‘efeito de sentido’.

2.3 Construindo o *corpus*

A iniciativa de se trabalhar a cartografia do urbano com seus monumentos surge quando se iniciam os movimentos de reação às práticas racistas que ocorrem no mundo constantemente e que vêm ao encontro a outro acontecimento global já em curso: a pandemia da Covid-19¹². Paralelamente à necessidade das pessoas se manterem dentro de suas casas, havia a necessidade de se gritar contra essas práticas discriminatórias.

Em 25 de maio de 2020, George Perry Floyd Jr¹³, afro-americano, é assassinado na cidade de Minneapolis (EUA), estrangulado pelo policial branco Derek Chauvin, que o imobilizou com a pressão do joelho sobre seu pescoço durante uma abordagem. Supostamente, George Floyd teria usado uma nota falsificada de vinte dólares em um supermercado. Razão suficiente para ter sido brutalmente morto em praça pública.

A morte de George Floyd não é o primeiro caso de assassinato de negros pela polícia nos Estados Unidos e no mundo, entretanto, devido à midiatização e à forma pela qual George foi assassinado, esse fato escancarou ao mundo as práticas racistas ainda existentes. A frase **I can't breathe!** ‘*Eu não consigo respirar*’ foi

¹² A pandemia de covid-19 foi a disseminação global de um vírus da família do coronavírus a partir de 2020. O mundo registrou milhões de mortes causadas pela doença, assim como profundas transformações econômicas, sociais e culturais. A pandemia de covid-19 foi declarada oficialmente no dia 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Estados Unidos, Índia, França, Alemanha e Brasil foram países que registraram alto número de casos da doença.

¹³Fonte: G1/Globo.

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>

repetida incessantemente [mais de 20 vezes durante 5 minutos] por Floyd, enquanto era sufocado pelo policial branco e tornou-se o grito de revolta dos manifestantes que foram às ruas e iniciaram uma série de protestos motivados pelo movimento **Black Lives Matter**¹⁴ ‘Vidas Negras Importam’.

Assim, embora o fato - assassinato de um negro nos EUA - não seja o primeiro caso de assassinato de negros pela polícia, dada a repercussão na mídia, tem-se aí a passagem do fato ao acontecimento discursivo, como se discute em Pêcheux (1990, p. 19). O autor analisa a força da mídia na transmissão da vitória de Mitterand à presidência da França, destacando os aspectos da cobertura - estatísticas, comentários de especialistas, entrevistas, etc. – que fazem do fato um acontecimento jornalístico. A repercussão do enunciado **I can't breathe!** ‘*Eu não consigo respirar*’ escancara a violência despropositada e, uma vez tomado como lema de manifestações, dá lugar a outros acontecimentos discursivos que se desenrolam a partir daí. Enquanto Pêcheux destaca a estrutura midiática na força da produção do acontecimento, destacamos aqui o impacto do grito **I can't breathe!** eclodido numa cidade atravessada também na propagação de outros acontecimentos discursivos.

Esse mesmo enunciado **I can't breathe!** já foi também o grito de um outro homem negro: Erick Garner, assassinado pela polícia em dezembro de 2014, em Nova York sem, no entanto, ter tido a repercussão que teve o grito do George Floyd. Como lembra Pêcheux (1990, p. 19-20), a força da cobertura da mídia faz trabalhar o fato como acontecimento em seu contexto de atualidade e no espaço da memória que então se iniciava: as manifestações contra a discriminação racial, social, a espoliação que se espalham pelo mundo. Como diz Pêcheux, “o acontecimento “global” da grande máquina televisiva se define como o acontecimento jornalístico da *mass-mídia* que remete ao conteúdo sócio-político” dos acontecimentos. Hoje em dia podemos afirmar que a passagem do fato a acontecimento é mais complexa, pois se estrutura por várias vias: o alcance da tecnologia na mão de qualquer sujeito, ao lado da possibilidade de fazer circular os fatos pelas redes sociais, aliado

¹⁴ O Black Lives Matter, às vezes citado nos cartazes como BLM, é uma organização que nasceu em 2013 por três ativistas norte-americanas: Alicia Garza, da aliança nacional de trabalhadoras domésticas; Patrisse Cullors, da coalizão contra a violência policial em Los Angeles; e Opal Tometi, da aliança negra pela imigração justa. Hoje, é uma fundação global cuja missão é “erradicar a supremacia branca e construir poder local para intervir na violência infligida às comunidades negras” pelo Estado e pela polícia. Site: <https://blacklivesmatter.com/>

àquilo que se define no campo da Teoria da Comunicação¹⁵ como acontecimento midiático. Este se propaga mundialmente “on-line, on-time e full-time” e, no caso do nosso objeto, sustentado pelas condições de produção: o grito que atravessa a cidade, o alcance irrestrito da tecnologia pelos sujeitos e a estrutura midiática.

A força da ressonância do enunciado **I can't breathe!** atravessa o mundo e deflagra uma série de protestos realizados por práticas diversas, dentre as quais se incluem as investidas contra diferentes monumentos, principalmente àqueles que faziam referências a nomes ligados ao escravismo e ao colonialismo. Fatos dessa ordem nos levam a refletir sobre a diferença entre significado e significância, princípios basilares na análise dos discursos. O significado de ‘Eu não posso respirar’ é entendido a partir de sua significância, o que nos remete ao conceito de materialidade discursiva. Alheio ao que, literalmente, ‘Eu não posso respirar’ possa significar, os sentidos se inscrevem historicamente na materialidade discursiva dos enunciados. ‘Eu não posso respirar’ leva a diferentes efeitos de sentidos: não à discriminação de qualquer ordem; não à exploração; não ao escravismo e não às consequências advindas do colonialismo perverso. Retomando Courtine (2016, p. 15 já citado anteriormente na seção 1.2), para a análise dos discursos é necessário tomar o objeto discurso pensado na sua especificidade:

A adoção de uma concepção especificamente discursiva, deve evitar, se é verdade que o discurso pode ser pensado como uma relação entre o linguístico e o ideológico, reduzir o discurso à análise da língua ou lhe dissolver dentro da perspectiva histórica sobre a ideologia como “representação”. (Courtine, 2016, p. 15)

E é na ressonância do significante de ‘Eu não posso respirar!’ que se justificam práticas como as que ilustramos a seguir: o incêndio da delegacia de polícia de Minneapolis (Figura 1); a derrubada da estátua de Cristóvão Colombo, descobridor

¹⁵ A teoria da comunicação é um conjunto de ideias que busca entender e explicar as ações humanas, a partir de estudos sociológicos, antropológicos, psicológicos, linguísticos e filosóficos. Essa vertente, tendo Roman Jakobson como um dos seus principais autores, enfatiza os aspectos simbólicos e de processo social da comunicação, que pode ser vista de duas perspectivas: através da troca de informações, a perspectiva da transmissão e através do trabalho feito para conectar e possibilitar essa troca, a perspectiva ritual. A comunicação é um processo circular de interação que vai da fonte ao destinatário e volta. Os elementos fundamentais da comunicação são: Fonte, Destinatário, Emissor, Receptor, Código, Canal, Mensagem/informação.

da América, em Minnesota (Figura 2) e o incêndio da estátua do bandeirante Manuel de Borba Gato (Figura 3), em São Paulo, Brasil.

Figura 1: Manifestante observa o fogo que atinge o edifício da delegacia de polícia em Minneapolis (EUA). Foto: Chandan Khanna (afp)



Fonte: Jornal El País

Figura 2: Estátua de Cristóvão Colombo derrubada em Minnesota (EUA)



Foto: Getty Images / BBC News Brasil

Figura 3: Estátua do Borba Gato incendiada Avenida Adolfo Pinheiro, zona sul de São Paulo (Brasil)



Foto: Gabriel Schlickmann/Ishoot/Estadão Conteúdo

Outra prática contumaz é a criação de novos monumentos, motivada por diversas razões. Enquanto Courtine, sobre a construção do *corpus*, se prende a falar de oposição (ou não) entre sequências discursivas, nos prendemos em falar de oposição entre essas duas práticas em torno dos monumentos. O que leva a constatar práticas discursivas em confronto: a homenagem e a agressão.

Em termos de estratégias metodológicas, a organização do nosso *corpus* se estrutura em duas dimensões: a da cartografia do urbano e a da atualidade do acontecimento. Por esse viés, selecionamos monumentos em duas regiões no estado do Rio de Janeiro – na cidade de Niterói e na cidade do Rio de Janeiro.

Em Niterói, vamos analisar monumentos erigidos em momentos históricos diferentes:

- (i) a estátua de Arariboia – referendado como herói e fundador da cidade e, por algum tempo, tomado como ícone oficial da documentação e midiatização da Prefeitura;
- (ii) a imagem do Museu de Arte Contemporânea (MAC), obra de Oscar Niemeyer, que passa a substituir o ícone anterior nos documentos oficiais;
- (iii) monumento em homenagem ao ator Paulo Gustavo, que faleceu acometido pela COVID-19.
- (iv) substituição da placa de uma rua em homenagem ao Coronel Moreira César, por uma placa com o nome do ator Paulo Gustavo.

Na cidade do Rio de Janeiro, analisaremos monumentos distribuídos pelo centro da Cidade e pela zona sul:

- (i) o monumento em homenagem a Pedro Álvares Cabral;
- (ii) a região do Valongo/Cais da Imperatriz;
- (iii) o jardim do Valongo;
- (iv) a região da Pequena África;
- (v) o monumento em homenagem a Duque de Caxias e o prédio do antigo; Ministério da Guerra;
- (vi) o monumento em homenagem a Zumbi dos Palmares;
- (vii) o monumento Memória da Diáspora Africana;

Válido observar que nosso trabalho não se prende a analisar cada monumento isoladamente, mas sim a forma como estão distribuídos dando lugar à arquitetura do urbano das regiões escolhidas e localizadas nas cidades de Niterói e Rio de Janeiro. Esperamos assim alcançar nosso objetivo principal que é pensar como se textualiza o político na administração do urbano.

3. A IMAGEM, OPERADOR DE MEMÓRIA SOCIAL

Pensar a imagem como operador de memória que institui sua eficácia simbólica é partir de Davallon (2007) e sublinhar duas características semióticas que sustentam a eficácia simbólica.

Em primeiro lugar, uma imagem pode ser compreendida ou recebida segundo dois níveis diferentes. Cada um desses dois níveis possui regras de funcionamento que lhes são, ao menos parcialmente próprias. Por exemplo, os códigos perceptivos mudam menos rápidos que os códigos iconológicos; por isso, ficamos sensíveis a composições ou representações de quadros da Renascença (ou de publicidades do início do século) de que ignoramos parcialmente a significação: a potência perceptiva perdura, enquanto as significações se perdem. Resta uma organização formal que continua a constituir um *dispositivo*.

[...]

É porque a imagem é, antes de tudo, um dispositivo que pertence a uma estratégia de comunicação: dispositivo que tem a capacidade, por exemplo, de regular o tempo e as modalidades de recepção da imagem em seu conjunto ou a emergência da significação. É um dispositivo, lembremo-nos, que por natureza é durável no tempo.

Em segundo lugar, a imagem é um operador de simbolização. [...] Com efeito, se a imagem define posições de leitor abstrato que o espectador concreto é convidado a vir ocupar a fim de poder dar sentido ao que ele tem sob os olhos, isso vai permitir criar, de uma certa maneira, uma comunidade – um acordo – de olhares: tudo se passa então como se a imagem colocasse no horizonte de sua percepção a presença de outros espectadores possíveis tendo o mesmo ponto de vista. Do mesmo modo como – explicava Halbwachs – a reconstrução de um acontecimento passado necessita, para se tornar lembrança, da existência de pontos de vista compartilhados pelos membros da comunidade e de noções que lhes são comuns, assim a imagem, por poder operar o acordo dos olhares, apresentaria a capacidade de conferir ao quadro da história a força da lembrança. Ela seria nesse momento o registro da relação intersubjetiva e social (Davallon, 2007, p. 27-30).

Além de trabalhar a imagem como operador de memória social, recorreremos às noções de policromia – lugar em que se textualiza o político em termos não verbais – e a arquitetura do não verbal, quando descreveremos a administração do urbano, estendendo estes conceitos propostos por Souza (2001, 2018, entre outros). Algumas questões em torno do nosso objeto nos inquietam.

De que maneira a cidade é significada? Como se instauram os sentidos dos monumentos erguidos em Niterói e no Rio de Janeiro nas relações dos sujeitos que transitam no espaço urbano? Para além dessas questões, refletimos sobre a relação do sujeito e a cidade, onde, de acordo com Orlandi (2004) o sujeito e a cidade formam um só corpo, estando atados em todas as dimensões: material, cultural, econômica, histórica, etc. Entretanto, indagamos: até onde o sujeito pode ou não pode interferir na administração da cidade? Em termos discursivos, sim, ele acaba por administrar a cidade e se constituir como sujeito na e da cidade, quando na forma de manifestos e na criação de coletivos se insurgem contra a cartografia do urbano. Mas, em termos administrativos legais, até onde pode se dar a intervenção do sujeito na cidade? Chegamos, assim, a um outro ponto: os gestos de desorganização da cidade.

As seções que se seguem buscam dar conta dos objetivos aqui propostos em seu todo.

3.1 Monumentos e cidades atravessadas

Redobramos a atenção para duas cidades do estado do Rio de Janeiro, por conta da historicidade que ambas apresentam: Rio de Janeiro e Niterói. Trazemos a foco monumentos com implicatura no momento de suas fundações: embates pela conquista do território e acordos entre portugueses, indígenas e franceses para a disputa da história e da narrativa em circulação, que hoje nos leva a analisar os gestos administrativos e os sentidos existentes nestes espaços urbanos.

3.1.1 Niterói: da fundação aos gestos de comemoração

A cidade de Niterói traz consigo marcas do período colonial e um avanço em sua organização administrativa que vai desde a mudança dos nomes das ruas até o símbolo utilizado nos documentos oficiais administrativos. Hoje, o município compreende uma área de 133.757 km² e uma população composta por 481.749 de habitantes, segundo os dados do IBGE (2022).

Sua fundação consta de 1573 quando o indígena Temiminó Arariboia, após vencer a batalha contra os franceses que invadiram o território do Rio de Janeiro (em 1555), ganha do Governador Geral Estácio de Sá as terras pertencentes ao

lado direito da baía de Guanabara. A aldeia fundada por Araribóia, em 1573, recebe a denominação do santo católico São Lourenço dos Índios. Niterói se torna Vila em 1817, recebendo a visita de D. João que frequentava o bucólico bairro de São Domingos. São Lourenço dos Índios passa a se chamar, em 1819, Vila Real da Praia Grande, porém somente em 1834 é elevada à categoria de cidade, denominando-se Nictheroy (água escondida em tupi-guarani), tornando-se capital da Província do Rio de Janeiro. A importância político-administrativa deu novo impulso à cidade e seu crescimento tornou-se cada vez mais visível, com a multiplicação das edificações públicas comerciais, residenciais e a abertura de novas ruas.

A cidade cresce mantendo a memória de seu fundador, Arariboia, homenageado em dois momentos principais. Em 1912, foi encomendado um busto pela Comissão Glorificadora a Martim Afonso de Souza Arariboia ao escultor Modestino Kanto (1889-1967), que o concluiu em 1912. A 22 de novembro daquele ano a estátua foi entronizada “em procissão” na sede da Prefeitura, e de lá removida, em 1915, para a então praça Martim Afonso (hoje Arariboia), esquina da atual rua da Conceição. (Cf: Furtado, 2021). Em 1965, durante a vigência da ditadura militar (1964-1985), o busto foi substituído por um monumento maior, encomendado pela Prefeitura de Niterói e pelo governo do estado do Rio de Janeiro, inaugurado em 22 de novembro do mesmo ano e assinado por Dante Croce. A estátua que ainda se encontra no mesmo local representa

no alto de um pedestal de alvenaria recoberto por granito polido, em tamanho natural, um índio altivo e atlético, seminu, semblante austero, cabelos longos, crucifixo no peito, braços cruzados, contemplando a enseada em eterna vigília, como que prestes a sair em defesa da Guanabara (Furtado, 2021, p. 13).

Figura 4: Busto de Ararigboia (grafia antiga)



Fonte: IBGE

Figura 5: Atual monumento do Arariboia



Fonte: pessoal do autor

Não bastasse a imponência da estátua de 6 metros de altura num pedestal de 26 metros, a figura do Arariboia passa a ser o ícone-símbolo e midiático da Prefeitura, até março de 2013, quando é substituído pela imagem do Museu de Arte Contemporânea (MAC). Por decreto (11.361/2013), fica assim estabelecido:

CONSIDERANDO que o artigo 8º da Lei Orgânica Municipal de Niterói dispõe que são símbolos do Município a Bandeira, o Hino, o Brasão e a representação gráfica do Museu de Arte Contemporânea, a ser definido em Decreto do Poder Executivo, alusivos à sua Cultura e à sua História, conforme Redação dada pela Emenda nº 14/97, DECRETA:

Art. 1º Fica definido como símbolo do Município de Niterói a representação gráfica do Museu de Arte Contemporânea constante do ANEXO deste decreto, conforme o disposto no artigo 8º da Lei Orgânica Municipal de Niterói, com a Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 14/1997.

Este gesto do então prefeito Rodrigo Neves vem para ilustrar a forma como se dá a administração/(des)organização do urbano. Velhos heróis são “derrubados” e suplantados por uma obra arquitetônica. Embora nosso foco aqui não seja exatamente a urbanização e a desordem das cidades, como discute Kowarick (1993), podemos emprestar do autor a expressão “espoliação urbana”, com o

sentido desse trabalho de administração da cidade e da espoliação da memória. A imagem do MAC encobre a imagem do herói Araribóia¹⁶, embora Arariboia continue a ser referendado no brasão da cidade:

Figura 6: Brasão da cidade de Niterói com as legendas explicativas de cada item



Fonte: Prefeitura Municipal de Niterói

Nota-se ao alto, no lado esquerdo, acima de flechas cruzadas, um cocar “representando os Temiminós”, povo comandado pelo cacique Arariboia. Tal gesto que, graficamente, coloca em lugar de destaque no primeiro ângulo à esquerda, com direcionamento de leitura, aponta uma metonímia (ou sinédoque) – Temiminó por Araribóia – nos remete ao que Pêcheux ([1975] 1988) diz sobre “discurso-transverso”:

Observemos que o funcionamento do “discurso-transverso” remete àquilo que, classicamente, é designado por *metonímia*, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, etc.

Vemos, ao mesmo tempo, que o que chamamos anteriormente “articulação” (ou “processo de sustentação”) está em relação direta com o que acabamos agora de caracterizar sob o nome de *discurso-transverso*, uma vez que se pode dizer que a articulação (o efeito de incidência “explicativa” que a ele corresponde) provém da linearização (ou sintagmatização) do discurso-transverso no eixo do que designaremos pela expressão *intradiscurso*, isto é, o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação com o que eu disse *antes* e ao que eu direi

¹⁶ Em nossa pesquisa, não encontramos disponíveis online documentos com a logomarca anterior. Não foi possível acessar o arquivo público da cidade para consulta.

depois; portanto, o conjunto dos fenômeno de “co-referência” que garante aquilo que se pode chamar o “fio do discurso”, enquanto discurso de um sujeito) (Pêcheux, [1975] 1988, p. 166).

Ou seja, no âmbito da formulação do brasão de Niterói, que reúne os símbolos da cidade, a articulação sintagmática desses símbolos trabalha a co-referencialidade entre os Temiminós e o Imperador: logo abaixo do cocar, desenhado à forma de uma coroa (cópia da grande coroa acima feita de torres douradas), figura a coroa imperial. Não há como não nos remeter, ainda, além da noção de discurso-transverso, à noção de arquitetura do não verbal: conjunto de paráfrases visuais que remetem à noção de policromia, quando aí se define como se dá a textualização do político em termos não verbais. (Souza, 2001 e 2018, entre outros).

Pertinente, também, é para nós recuperar a forma como a escritora Chimamanda Ngozi Adichie define o entrelace entre a narrativa da história e a narrativa do poder:

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que o outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas e quantas são contadas depende muito de poder.

O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva (Adichie, 2019, pp. 22-23).

Enfim, Arariboia e os Temiminó ganham pelas mãos do poder uma história definitiva (?).

Voltando à questão do lugar atribuído ao MAC, referência da arquitetura moderna mundial e considerado uma das sete maravilhas do mundo em museus pela mídia especializada, sua arquitetura possui a forma de uma flor ou uma nave, flutuando sobre uma pedra que avança para o mar, no bairro de Icaraí. Essa arquitetura de nave permite ressignificar o museu como monumento, a partir da análise do não-verbal em perspectiva discursiva.

O prédio é circundado em toda sua extensão por vidraças, através das quais se tem uma visão panorâmica da cidade do Rio de Janeiro, como podemos verificar na figura abaixo.

Figura 7: Museu de Arte Contemporânea, Baía de Guanabara e o Rio de Janeiro (ao fundo)



Fonte: Jornal O Globo

O MAC se torna símbolo do processo de retomada da qualidade de vida e da autoestima de Niterói. Símbolo do que a cidade vem restaurando há duas décadas, a retomada do município como lugar de qualidade de vida urbana no estado do Rio de Janeiro. O MAC se torna um ícone identificador da cidade de Niterói, um cartão postal e é presentificado oficialmente nos documentos administrativos da cidade desde 2013.

Figura 8: Logotipo oficial da prefeitura de Niterói com o MAC como símbolo da cidade



Fonte: Prefeitura Municipal de Niterói – Manual de aplicação do Logomarca¹⁷

Figura 9: Ofício da Prefeitura de Niterói com o logotipo.



Fonte: Prefeitura Municipal de Niterói

Em 1974 pela lei complementar nº 20, de 1974, se efetiva a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, retirando de Niterói a condição de capital do Estado Fluminense. Com a mudança da capital do país, Niterói perde sua importância política e passa a ser nomeada como a cidade “com a mais bela vista do Rio”.

¹⁷ NITERÓI (RJ). Manual de aplicação de logomarca. Disponível em: <http://www.sma.niteroi.rj.gov.br/downloads/manual-marca.pdf>

3.1.2 Niterói, a cidade com a mais bela vista

Esse epíteto que define Niterói a partir de um olhar geográfico perdura até os dias atuais. Recuperando, aqui, a relação entre imagem e implícito (Souza, 2018) não podemos deixar escapar que a arquitetura do MAC é valorizada por essa denotação. Em geral, os visitantes do museu se preocupam mais em fotografar a vista exterior – a cidade do Rio de Janeiro – do que o interior do museu. Talvez resida aí mais uma razão para identificá-lo como monumento, ou seja, um grande mirante da cidade do lado de lá.

Para a Análise de Discurso, não há sentido sem interpretação, mas o analista procura determinar que gestos de interpretação trabalham a discursividade que é o objeto da sua análise (Orlandi, 2004, p. 25). Nossa proposta adota, assim, dentre vários princípios teóricos, a determinação como definido em Pêcheux (1975), para analisar a alcunha de Niterói como “a cidade com a mais bela vista do Rio”.

Sobre o funcionamento da determinação, Pêcheux, em contraponto com Frege (1960), observa que: o “ponto decisivo, essa designação pelo nome próprio implica, correlativamente, a possibilidade de designar “a mesma coisa” por uma perífrase, tal como “aquele que descobriu (etc.)”, o que significa dizer que aos nomes próprios “simples” correspondem necessariamente nomes próprios “compostos”, não lexicalizados, mas sim construídos por diversos funcionamentos sintáticos, [...] dentre os quais “aquele que...” (Pêcheux, 1975, p. 100). A indeterminação inscrita em “aquele que...” se encontra tanto no discurso do aparelho jurídico, quanto no funcionamento do ‘cotidiano’.

E, pelas leis do cotidiano, Niterói significa por um processo de indeterminação ao ficar conhecida como “a cidade que tem a mais bela vista do Rio”. Como consequência se dá a confirmação disso no próprio imaginário sobre a organização da cidade, quando projetada pelos especialistas e administradores: os melhores hotéis, restaurantes e os mais caros prédios de moradia têm como apelo a vista do Rio de Janeiro.

Ser “a cidade com a mais bela vista do Rio” foi o que restou de importante na atualidade para Niterói. No processo de modernização e expansão nacional, o município que outrora detinha importância administrativa, perde tal importância e tenta, de alguma forma, se organizar em prol da urbanização e crescimento. No

entanto, apesar do MAC, a cidade continua sendo significada pela vista do lado de lá.

3.1.3 Paulo Gustavo: olhar Niterói com os olhos niteroienses

A morte do ator Paulo Gustavo¹⁸, ocorrida em maio de 2021 e vitimada pela Covid-19, deixou grande parte da população brasileira consternada, tanto pelas circunstâncias da morte em si, quanto pelo modo como Paulo Gustavo significou a cidade de Niterói. O ator, nascido e criado na cidade, projetou a cidade, fazendo com que o município entrasse na rota nacional e midiática. E através da Lei 3.588 de 13 de maio de 2021, a prefeitura¹⁹ da cidade efetua a troca do nome da Rua Coronel Moreira César, no bairro de Icaraí, para Rua Ator Paulo Gustavo.

As razões de ordem prática recaem sobre a forma como Paulo Gustavo, nascido em Niterói, reverte o percurso do olhar: é sobre Niterói, o espaço em que ele sempre se sentiu em casa, que recaem as lentes do seu trabalho, focalizando praças, ruas, casas, monumentos, praias. Esquecendo de olhar a cidade do lado de lá. Orlandi (2012), ao propor a diferença entre “ordem” (o real da cidade) e “organização” (do urbano), vai pensar tal relação trabalhando com o par “a casa e a rua”, essencial para se entender o espaço urbano e as relações sociais que aí se dão. Entender tal relação casa/rua é poder explicitar os modos de ser dos sujeitos e seus processos de significar numa relação estreita.

Nosso objeto, nesse momento, difere do de Orlandi (2012) que, em termos amplos, discute a materialidade da cidade e seus espaços, tomando para reflexão condomínios e favelas. Exploramos as formas como Paulo Gustavo investe um outro

¹⁸ Paulo Gustavo Amaral Monteiro de Barros nasceu em Niterói e ganhou visibilidade enquanto artista ainda durante a sua formação, na Casa das Artes de Laranjeiras (CAL): no final de 2004, fez parte da peça Surto. À época, apresentou a personagem dona Hermínia, a mais icônica entre as suas criações.

Com a formatura na CAL, em 2005, participou de outros projetos em teatro e televisão. Em 2006, estreou a obra teatral que lhe daria notoriedade em todo o Brasil: o monólogo Minha Mãe É uma Peça, que, posteriormente, recebeu outras versões e uma adaptação para o cinema.

Artista de trajetória brilhante, construiu e interpretou outros personagens marcantes ao longo de sua carreira. Por meio da Senhora dos Absurdos (220 Volts), de Aníbal (Os Homens São de Marte... E é pra Lá que Eu Vou! e Minha Vida em Marte), Valdomiro (Vai que Cola), Paulo Gustavo levou o riso e a alegria a milhões de brasileiras e de brasileiros.

Faleceu precocemente em 4 de maio de 2021, por complicações devido à Covid-19. Deixou família, amigos e um legado formidável para a arte e a cultura nacionais.

¹⁹ A prefeitura de Niterói promoveu uma consulta pública relâmpago de apenas 2 dias de duração para que a população se manifestasse sobre a troca do nome da rua Coronel Moreira César para rua Ator Paulo Gustavo.

olhar na cidade: aquele de quem conhece e se reconhece na cidade e busca no âmago da historicidade própria a Niterói o real da cidade. Niterói, então, entra na rota do turismo e passa a ser atração para os próprios habitantes e para tantas outras pessoas. Tanto assim que, através do movimento de organização/administração, a cidade de Niterói entra na rota da mídia e do Brasil na atualidade. O cotidiano de Paulo Gustavo invade Niterói: monumentos e nomes de ruas refletem o atravessamento da cidade pelo ator. Outros sujeitos se assujeitam a esse mesmo atravessamento quando refazem os mesmos percursos de Paulo Gustavo. Cria-se até um Circuito Turístico chamado “Circuito Turístico Cultural Paulo Gustavo”. São oito totens espalhados pela cidade e a visita pode começar por qualquer um desses totens: Ilha da Boa Viagem; Museu de Arte Contemporânea de Niterói (MAC); Pedra de Itapuca e Pedra do Índio; Travessa Professor Coelho Gomes; Confeitaria Beira Mar; Campo de São Bento; Praia de Icaraí; Praça do Rádio Amador. São cerca de oito quilômetros de extensão.

Figura 10: Totem do Circuito Turístico Ator Paulo Gustavo



Fonte: Prefeitura Municipal de Niterói

Outras formas de determinação também se instituem: aquele é o prédio onde Paulo Gustavo morou; aquela é a praça onde Paulo Gustavo passeava; aquela é a padaria onde Paulo Gustavo tomava café. Assim a cidade se (des)organiza e se materializa através do olhar de Paulo Gustavo.

Figura 11: Led do site da revista Quem e a matéria que trata, especificamente, da padaria predileta de Paulo Gustavo em Niterói



Fonte: Site Quem

Nesse escopo de determinação, a cidade de Niterói passa a ser definida como a cidade como Paulo Gustavo significou o urbano.

3.1.4 Niterói e a Rua Ator Paulo Gustavo

A rua antes nomeada Rua Coronel Moreira César passa a ser chamada de Rua Ator Paulo Gustavo. O processo de nomeação e renomeação dos espaços públicos pode ser observado sob diferentes perspectivas: a do aspecto material, a do simbólico, a funcional, a arquitetônica. Nos prendemos a observar a perspectiva simbólica e discursiva sobre a troca do nome de ruas e a eleição de monumentos no espaço urbano. Quando o prefeito de Niterói, através do decreto de lei 3588/2021, troca o nome da rua Coronel Moreira César e abre caminho para uma série de debates sobre os nomes das ruas e a origem dos homenageados. A quem interessa determinar o nome de pessoas para as ruas? Este debate nos faz querer compreender quais as motivações que esta disputa se insere no dia a dia da população, bem como o processo de construção da memória coletiva no espaço urbano.

A mudança do nome da rua, muitas vezes, leva a embates de ordem simbólica, pois de acordo com França (2019, p. 232):

O debate entre a preservação de determinada memória que um nome representa e a disposição para o esquecimento de outros é uma das questões iniciais na disputa simbólica entre nomear ou renomear logradouros. Para preservar ou relegar ao esquecimento personagens ou fatos históricos, uma série de questões são invocadas: o direito à memória, o patrimônio imaterial, os custos financeiros, os desencontros de pessoas e empresas fornecedoras de serviços, enfim, uma série de argumentos que muitas vezes são incidentais na questão central, que são quais as nomenclaturas que uma determinada geração deseja perpetuar, quais ressignificar e as que devem ser esquecidas.

No Brasil, o rito de inserir nome nos logradouros remonta ao período anterior à Proclamação da República, quando as ruas eram batizadas

por peculiaridades locais ou acidentes geográficos (um açude que teria na localidade, por exemplo), passando por uma homenagem à Independência do país no século XIX, que em seguida vai sendo desbancada por nomes atrelados à nova forma de governo: República. É neste período que se concebe um grande aumento de nomes de políticos nas placas urbanas, a exemplo de Getúlio Vargas e participantes da ditadura militar (1964-1985) (França, 2019, p. 231).

Os movimentos na memória do espaço urbano acompanham determinados fatos históricos que aconteceram no país, especificamente quando o Brasil inicia seu processo de desenvolvimento e tem consigo toda uma narrativa histórica voltada, principalmente para o lado dominante, mascarando o real da história. Com isso, todo nome de rua, bem como os monumentos presentes nas cidades vem reforçar apenas uma versão da história e a manutenção dela no imaginário do urbano.

Está aí um breve, porém importante exemplo das mudanças históricas que influenciam na nomeação de espaços públicos no país. É importante ressaltar que tal processo de nomeação e renomeação de ruas pode ocorrer sob diferentes perspectivas. Quando se desloca a nomeação dos logradouros por topônimos levando em conta a geografia dos espaços, por nomes da história, o urbano passa a ser também constituído por uma narratividade representativa dos movimentos da história. A República elege seus heróis e faz da cidade um lugar de homenagens; a Ditadura assim também procede, ou seja, o mesmo fato que faz girar a história faz

girar a configuração do urbano. Nesse aspecto é oportuno recorrer a Jacques Rancière (2014, p. 1-2):

uma história é também a narrativa dessas séries de acontecimentos atribuídas a nomes próprios. E a narrativa se caracteriza comumente por sua incerteza quanto à verdade dos acontecimentos relatados e à realidade dos sujeitos aos quais eles são atribuídos. As coisas seriam muito simples se pudéssemos dizer que toda a história, como diz a expressão consagrada, é apenas uma história. É próprio de uma história sempre poder ou não poder ser uma história. [...] Mas é sempre possível atribuir acontecimentos verídicos a sujeitos de ficção ou de substituição e acontecimentos incertos ou fictícios a sujeitos reais.

Retornando ao nosso objeto em questão, o primeiro gesto de mudança ocorre quando o prefeito de Niterói, Axel Grael, troca o nome da rua mais famosa do bairro de Icaraí (na zona sul da cidade, onde habita a maior parte da elite econômica municipal). A troca dividiu opiniões entre a população, pois no imaginário da cidade, o nome “Coronel Moreira César” ou “Moreira César” é marcado e pronunciado em frases como: “A padaria fica na Moreira César!”, “Vamos na Moreira César tomar um café?”

Figura 12: Placa indicativa da (antiga) Rua Coronel Moreira César.



Fonte: Jornal O Globo, 2021

3.1.5 Por que uma rua com o nome Coronel Moreira César? Quem foi o Coronel Moreira César?

O militar que não nasceu na cidade, carrega em sua história a participação em guerras e rastros de mortes, sendo ele o principal motivador delas.

Antônio Moreira César, nasceu no ano de 1850 e ingressou no serviço militar brasileiro, entrando para as forças armadas desde cedo e atingindo então o posto de Coronel na arma da infantaria. Esteve presente em momentos marcantes na história do Brasil como a Revolta da Armada (1893-1895) e a Guerra de Canudos (1896-1897), onde acabou falecendo. O primeiro destaque na carreira militar de Antônio aconteceu quando ele, aos 33 anos de idade, é responsável pelo assassinato de Apulcro de Castro, redator do jornal “Corsário”, no Rio de Janeiro. O fato foi narrado por Euclides da Cunha em seu livro “Os Sertões” onde o autor descreve as características de Moreira César, bem como o assassinato de Apulcro:

Assim, era um desequilibrado. Em sua alma a extrema dedicação esvaía-se no extremo ódio, a calma soberana em desabrimentos repentinos e a bravura cavalheiresca na barbaridade revoltante. Foi o mais afoito, o mais impiedoso, o primeiro talvez no esfaquear pelas costas a vítima (Cunha, 1984, p. 294-295).

Como punição do assassinato do jornalista, Moreira César, então capitão, é transferido para o Mato Grosso. Entretanto, a carreira do capitão foi bem “sucedida”, sendo convocado para participar de mais atos repressores como a Revolta Armada, **organizada pela Marinha**, entre 1891 e 1894, no qual os marinheiros reivindicaram maior participação na república brasileira, proclamada em 1889. Até aquele momento, apenas o Exército tinha participação ativa no governo. Floriano Peixoto, então presidente da República, convoca Moreira César para batalhar contra os marinheiros no Rio de Janeiro. Também comandou prisões, fuzilamentos e execuções dos que apoiavam a Revolução Federalista, no Sul do país.

Figura 13: Antônio Moreira César



Fonte: Jornal O Globo

Moreira César morre na Guerra de Canudos²⁰, conflito ocorrido entre sertanejos liderados por Antônio Conselheiro e soldados do Estado republicano em 1896 e 1897. Pelas vias da tentativa de impor uma narrativa e memória coletiva dominante, o Estado brasileiro à época da ditadura militar presentifica o então coronel como um herói nacional (no contexto da República Velha do Brasil) e começa a homenageá-lo com nome de ruas e monumentos nas cidades do Brasil (como Santos, em São Paulo) e na cidade de Niterói (no estado do Rio de Janeiro).

Desconhecendo o perfil de Moreira César, os sujeitos que atravessavam a cidade perguntariam: Seria ele alguém digno de uma homenagem? E, certamente, estes sujeitos responderiam que sim, pois ele deve ser algum herói. A Rua Coronel Moreira César, como dissemos acima, funcionava com pontos de referência para os habitantes da cidade – rua da padaria, lugar de tomar café, etc. A forma como trabalha o processo de referenciação leva a instituir um nível de discursividade em contraste com o real da história, “é sempre possível atribuir acontecimentos verídicos a sujeitos de ficção” (lembrando Rancciêre (2017)). Moreira César, enquanto herói, não passaria de um sujeito de ficção construído por um gesto verídico e jurídico: o nome numa placa de rua.

²⁰ A Guerra de Canudos foi um conflito armado que ocorreu entre 1896 e 1897, no povoado de Arraial de Canudos, no sertão da Bahia, tendo como principal nome Antônio Conselheiro, líder do povoado que estava em conflito com a Igreja e os poderes públicos.

3.1.6 Por que uma rua com o nome Ator Paulo Gustavo? Quem foi o ator Paulo Gustavo?

A resposta a essas questões nos aponta para dois movimentos. Com Ricoeur (2007), chegamos ao outro lado do movimento da história, o da possibilidade de transformar “acontecimentos incertos ou fictícios a sujeitos reais”. O ator Paulo Gustavo se torna conhecido por ser um personagem de ficção – o filho da dona Hermínia –, mas é elevado, através de um gesto administrativo, à condição de um herói real. Muitas são as homenagens a ele atribuídas: além do nome de rua e as outras homenagens já citadas, há a representação de uma cena fictícia como se fosse uma cena do cotidiano – o filho de Dona Hermínia senta-se com a mãe numa mesa de uma praça em Niterói.

O outro movimento a que nos impele essas questões recai sobre o funcionamento do “discurso-transverso” [que] remete àquilo que, classicamente, é designado por *metonímia*, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, etc.” (Pêcheux, 1988 [1975], p. 166). Paulo Gustavo desempenhou vários papéis durante sua vida artística, mas é o papel do filho da Dona Hermínia que o projeta como ator e que o elege como herói.

Figura 14: Estátuas do ator Paulo Gustavo e de sua personagem de maior sucesso Dona Hermínia no Campo de São Bento em Niterói



Fonte: Jornal O Dia

Figura 15: Momento da substituição da placa da rua Coronel Moreira César para a rua Ator Paulo Gustavo.



Fonte: Jornal O Globo

Já que o escopo do nosso trabalho abrange gestos de decolonialidade, podemos pensar em muitas as práticas discursivas de Paulo Gustavo - tais como assumir um casamento gay em rede nacional, investir na paternidade de duas crianças gêmeas recorrendo à barrigas de aluguel - também como gestos de decolonialidade contra regras universais de comportamento.

4. RIO DE JANEIRO E MOVIMENTOS DA HISTÓRIA

A cidade do Rio de Janeiro é significada pela beleza paisagística e pela sua potencialidade midiática – que por muito tempo a fez ser a vitrine do Brasil para o mundo. Mas, sua história é marcada por muitos movimentos e memórias que nos levam a elencá-la como objeto de análise deste capítulo. Seu marco fundante (em 1565) remonta a um processo de sucessivas batalhas entre portugueses, aliados aos Tupinambás e franceses, aliados aos Tamoios, que disputaram o território e, mais tarde, batalhas entre indígenas e os portugueses pela disputa da área que hoje compreende a cidade.

Com o Brasil sendo invadido pelos portugueses em 1500, a partir do ano de 1504, houve o que se tem de primeiro registro da chegada portuguesa ao território carioca. O termo “Carioca” se origina da língua tupi e significa “casa do homem branco” – não por um acaso e sim por um deslizamento de sentido que –

metaforicamente – revela que o ‘homem branco’ seria aquele que invade o espaço urbano, assume o poder e institui uma memória outra. Durante o período que compreende os anos de 1504 a 1555, a região que hoje se compreende como a Baía de Guanabara e a região central da cidade (Praça XV até o bairro do Flamengo) foi ocupada por portugueses, franceses e indígenas e a partir do ano 1555 ocorre o que se chama como o episódio da França Antártica, a batalha entre portugueses e franceses na Baía de Guanabara que levou cerca de 10 anos. Sob o comando de Mem de Sá, então governador da província, os franceses foram vencidos, entretanto, com a ajuda dos Tamoios, retornaram às ocupações à margem da baía. No ano de 1565, como conta Carlos Delgado de Carvalho (1990, p. 24), a cidade de São Sebastião foi fundada.

Reinava então em Portugal D. Sebastião; desembarcado em começo de 1565, ao pé do Pão de Açúcar, Estácio de Sá lançou os fundamentos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Foi entre o Pão de Açúcar e o morro chamado de Cara de Cão (hoje São João), numa várzea em que “a terra é baixa e chã”, segundo a exposição de Gabriel Soares, que nasceu a metrópole carioca.

Com a cidade fundada e livre do que a historiografia oficial denomina como “traficantes” (todos aqueles que se voltavam contra o domínio português), em 1572 o Brasil é dividido pelos portugueses em dois governos: o do Norte – compreendendo o território da Bahia e o do Sul – com a sede no Rio de Janeiro. Ambas as sedes disputaram entre si, por muito tempo, a administração política do país onde seus governadores se empenharam em modernizar as regiões.

No ano de 1577, a dualidade administrativa deixa de existir, entretanto o Rio de Janeiro permanece como capital da região Sul do país, sendo “ponto de partida de todas as iniciativas nas regiões continentais, centro de resistência contra agressões exteriores e foco de irradiação da colonização na região fluminense” (Delgado, 1990, p. 32).

De 1578 até 1778, diversos movimentos na história da cidade do Rio de Janeiro a projetaram ainda mais como centro administrativo da capital: acordos, tratados, perturbações políticas internas, a dominação espanhola em Portugal e sua ressonância nas colônias do Brasil, a pesca, a multiplicação e o funcionamento dos engenhos de cana de açúcar e das lavouras – acentuando a expansão da

escravização forçada dos negros e indígenas no território e os transformando em sujeitos 'sem alma, sem história e sem memória'.

A cidade do Rio de Janeiro ainda foi palco para a execução de Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes – líder da Inconfidência Mineira²¹, em abril de 1792. Esses movimentos na história da cidade do Rio de Janeiro são intensificados a partir de 1808 quando um novo marco da historiografia oficial é alcançado: a vinda da Família Real ao Brasil.

Com a chegada de Dom João VI em 1808, o Brasil torna-se um braço da Coroa Portuguesa, sendo elevado à categoria de Vice-reino de Portugal. Com a presença da Coroa, acontecem os investimentos na cidade: a construção de prédios como a Biblioteca Nacional, a Prensa e a partir disso têm-se jornais e livros. É a partir desse momento que se evidencia o primeiro embate entre os negros (ex)escravizados e a ordem (polícia). Após a abolição da escravatura, ocorrida em 1888, os morros da cidade foram ocupados pelos negros e estes começaram a ser vistos como malfeitores e bandidos, através da instituição da lei da vadiagem, em 1941, conforme relatam os livros de história:

Os morros da cidade serviam de refúgio aos malfeitores negros que aí formavam quilombos, de onde desciam à noite para assaltar e roubar. Em 1823 foi sitiado um destes quilombos no morro de Santa Teresa, pelo famoso brigadeiro Vidigal, auxiliado de uma tropa de caçadores. Eram mais de duzentos negros, com mulheres e crianças, de tangas, de penas, adornados de conchas, búzios e miçangas (Carvalho, 1990, p. 72).

Essa repressão severa à população negra é o indício de como o investimento no progresso da cidade se objetivou a uma afirmação da matriz europeia em detrimento das raízes africanas. Essa repressão aponta para o processo de apagamento e desvalorização da matriz africana que não só aconteceu na cidade, mas ainda se (re)produz de maneira perversa e articulada em nossa sociedade atual. É o

²¹ A Inconfidência Mineira, também conhecida como Conjuração Mineira, foi um movimento separatista e republicano que ocorreu na capitania de Minas Gerais entre 1789 e 1792. Em suma, foi uma conspiração política organizada por liberais, militares e membros da elite contra o domínio português. A motivação foi a insatisfação com os altos impostos e taxas da Coroa Portuguesa, além do "Alvará de 1785", que fechava manufaturas locais.

preconceito racial velado ou explícito e a repressão aos cultos religiosos que serão mostrados a seguir.

Após o processo de urbanização, a queda da Monarquia e a instituição da República no Brasil, em 1889, o município do Rio de Janeiro passou a ser a capital do Brasil e pertencia ao Estado da Guanabara. Essa condição durou até a fundação da capital atual, Brasília (DF), em 21 de abril de 1960. Com a transferência do Distrito Federal para o Centro-Oeste, a área da atual cidade do Rio de Janeiro tornou-se uma cidade-estado independente. Essa condição durou de 1960 a 1975, quando a cidade do Rio de Janeiro foi unida ao Estado do Rio de Janeiro e tornou-se capital. É essa a organização político-administrativa atual.

A partir desse breve relato, delinea-se a importância política e cultural e todo o investimento na configuração do urbano em compasso com os movimentos da história e a inserção de monumentos, bem como a instauração de nomes de ruas que se dá por conta dos eventos históricos que elencam personagens e os apresentam nestas inscrições. Para nós, a inserção de um monumento ou nome de rua provoca reflexão e batimentos entre a memória e a atualidade, onde a investidas em narrativas outras se faz necessária.

4.1 Rio de Janeiro: o berço da coroa portuguesa

Uma vez berço da Coroa, as marcas de toda fase colonialista do Brasil (1500-1888) ficam impressas ao longo do tempo no corpo da cidade do Rio de Janeiro em diferentes épocas, com a instalação de monumentos memoráveis e comemorativos. Uma dessas marcas - a do descobrimento do Brasil -, se estampa no monumento de Pedro Álvares Cabral, o qual selecionamos para iniciar discussão em torno da cartografia urbana do Rio de Janeiro²².

²² Lembramos que não vamos explorar a cartografia do Rio de Janeiro em seu todo, mas apenas escolhemos monumentos que atendem a desenvolver os objetivos do nosso trabalho.

Figura 16: Monumento ao Descobrimento do Brasil e a figura de Pedro Álvares Cabral, aquele que leva a alcunha de “Descobridor”



Fonte: Diário do Rio

O monumento acima (figura 16) data de 13 de maio de 1900 e é constituído de um pedestal em granito, com a figura de Pedro Álvares Cabral em comemoração ao quarto centenário do Descobrimento do Brasil. Localizado no Largo da Glória, zona sul da cidade, está na mesma região onde se deu a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565.

Sob a perspectiva do Estado, a cidade se projeta pela administração e ratificação da memória oficial sobre o Brasil. Em termos de percurso, o sujeito que atravessa esse espaço – assim organizado, refaz o curso da história sob o efeito de uma “memória de direito”, construída pelo Estado. Entretanto, como argumenta Orlandi (2004),

A cidade é organização, é injunção a trajetos, a vias, a repartições, a programas, a traçados e a tratados. Do ponto de vista simbólico, entretanto, a organização e desorganização se acompanham. Assim, pensando os sentidos da/cidade, e procedendo a uma observação sustentada na análise de discurso, podemos ver como as relações sociais (urbanas) se significam na reprodução e na ruptura, ganhando visibilidade através da emergência do que estou propondo chamar de falas desorganizadas (Orlandi, 2004, p. 63).

No Rio de Janeiro, encontramos as “*falas desorganizadas*”, onde os sujeitos se (des)organizam e tentam fazer circular outra via da história, contradizendo a história posta pelo Estado com a eleição dos homenageados. Gestos que são passíveis de análise. Um exemplo recente – o incêndio da estátua de Pedro Álvares Cabral, já mencionada acima (figura 14) - vem ilustrar uma dessas formas de desorganização do urbano. Na madrugada de 24 de agosto de 2021, o Coletivo Uruçu Mirim²³ ateou fogo à estátua do descobridor em protesto à votação do Marco Temporal, que redefine a demarcação das terras indígenas no país.

Figura 17: Coletivo Uruçu Mirim reivindicou ato na Glória, zona sul do Rio; após publicação de imagens teve conta suspensa pelo Twitter - Coletivo Uruçu Mirim.



Fonte: Brasil de Fato²⁴

A escolha dessa estátua e não de outra não se dá de forma aleatória. Que relação há entre a lei do Marco Temporal e Pedro Álvares Cabral? De imediato, não se pode dizer que o descobridor teve parte na nossa história, no que se refere à

²³ O Coletivo Uruçu Mirim é um grupo que já reivindicou atos de vandalismo como forma de protesto contra leis que dificultam a demarcação de terras indígenas. Em 2021, o grupo pegou fogo à estátua de Pedro Álvares Cabral no Rio de Janeiro. Uruçu Mirim também pode se referir à Batalha de Uruçu Mirim, que ocorreu em 20 de janeiro de 1567, no dia de São Sebastião. A batalha foi o último passo na tentativa de Portugal expulsar os franceses da costa brasileira, que haviam fundado uma colônia na ilha de Serigipe. A batalha aconteceu no aldeamento de Uruçumirim, uma taba ocupada por tupinambás e franceses. A batalha foi uma referência da ocupação portuguesa no Rio de Janeiro, e Estácio de Sá, que morreu semanas depois, foi atingido por uma flecha envenenada.

²⁴ www.brasildefato.com.br/2021/08/25/estatua-de-pedro-alvares-cabral-e-incendiada-no-rj-contra-marco-temporal-de-ruralistas

colonização e à ocupação do território. Entretanto, a sua imagem se materializa e se territorializa na circulação de seu feito – a descoberta – textualizado em monumentos por todo o país.

A estátua, por esse critério que relaciona história e espaço, torna-se refém daqueles que, historicamente, sentem-se pilhados em seus direitos à terra. O gesto de agressão à estátua ressignifica o descobridor, que passa de herói – na história oficial – a vilão atualmente. Esse gesto, que vai além de falas desorganizadas, clama pelo direito a uma outra memória.

4.2 Rio de Janeiro: Cais do Valongo, o Jardim Suspenso e a Pequena África

O espaço sobre o qual recai agora o nosso foco abrange a região do Cais do Valongo, no centro do Rio de Janeiro, relacionando a ocupação desse espaço urbano a três acontecimentos: (i) escravidão e desterro; (ii) gestos de colonização e territorialidade e (iii) gestos de revisionismo histórico. Cada um dos acontecimentos aqui elencados se materializa com a cartografia do urbano²⁵, discutida a seguir.

4.2.1 Escravidão e desterro

O Cais do Valongo, localizado entre os bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde – na zona portuária do Rio de Janeiro, é a materialização da disputa de sentido no urbano, pois no seu entorno existe uma divisão político-geográfica que nos mostra os conflitos existentes na história do Rio. Conflitos no bojo da memória.

O Cais do Valongo, a partir de meados de 1770, passou a ser o porto de recebimento dos negros escravizados vindos do Continente Africano. Antes, o desembarque acontecia na Praia do Peixe (atual Praça XV) e eles eram negociados na Rua Direita – hoje Rua 1º de Março -, no centro do Rio. A presença dos negros africanos incomodava a elite, sobretudo portuguesa, que frequentava a região, sob a pior justificativa possível, como atesta Delgado (1990, p. 57):

²⁵ A cartografia do urbano se constitui como uma prática discursiva que pensa e reflete a dinâmica e os sentidos possíveis no espaço urbano. A cartografia discursiva toma como base na sua definição aspectos de ordem político-social, quando estes dão lugar a um desenho de monumentos e nomes de ruas evidenciando a historicidade e os sentidos do urbano.

A importação de negros da costa d'África era naquele tempo feita sem o menor cuidado de higiene e de decência. Desembarcavam seminus, em promiscuidade, contaminando muitas vezes a cidade. Determinou o Vice-Rei o desembarque na Alfândega e escolheu um subúrbio, o Valongo, para encaminhá-los à espera de compradores. Antes de seguirem para os seus destinos, eram os negros concentrados no Campo de S. Domingos, onde estabeleceu acomodações.

Por isso, em 1774, uma nova legislação estabeleceu a transferência desse mercado para o Cais do Valongo, por iniciativa do segundo Vice-rei da colônia, o Marquês de Lavradio, Dom Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Silva Mascarenhas.

Figura 18: Desembarque de escravizados na Alfândega (em frente à atual rua da Alfândega).
Pintura de Johann Moritz Rugendas, 1835



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural

No entorno do novo porto (que até 1811 era apenas uma ponte de madeira por onde os africanos desembarcavam), um verdadeiro complexo voltado a esse comércio se formou: o mercado de escravizados, o lazareto e o cemitério dos Pretos Novos foram transferidos para a região, ocasionando a maior circulação de comerciantes de pessoas escravizadas, mas também a forte presença de africanos e crioulos – como eram chamados os negros nascidos no Brasil – escravizados, livres ou libertos (Gomes, 2000).

Em relação à identidade das pessoas em situação de escravização, estes foram retirados, em grande escala, do Congo e Angola (Souza e Rosa, 2021). Em confluência com Bauman (2011) a respeito do deslocamento de refugiados, estendemos suas considerações à situação dos negros escravizados, pois passam a viver em uma sociedade caracterizada pela mudança nociva e constante, sendo desraizados de seu local de origem, perdendo suas identidades culturais dada a situação de desterro, quando passam a pertencer a lugar nenhum.

Após toda prática escravista em território brasileiro, em novembro de 1831, com a assinatura da 1ª lei que proibia o tráfico de escravizados, o Cais do Valongo foi desativado, ainda que o desembarque de africanos tenha continuado em portos mais escondidos, como por exemplo, o Cais da Piedade (em Magé), hoje região que guarda uma memória quilombola.

4.2.2 Gestos de colonização e territorialidade

Em 1843, o local foi aterrado pela 1ª vez, por ocasião da chegada da imperatriz Teresa Cristina ao Brasil e passa a se chamar Cais da Imperatriz. A partir de 1904, no governo do Prefeito Pereira Passos, o Cais da Imperatriz foi aterrado e virou uma praça, a Praça Jornal do Comércio.

Figura 19: No ano 1904, durante a reforma urbana realizada pelo prefeito Pereira Passos, o Cais da Imperatriz também foi aterrado.



Fonte: Diário do Rio

A prática de, literalmente, enterrar os locais de memória da escravidão, foi adotada pelo Estado brasileiro, na tentativa de apagar esse que foi um dos maiores crimes contra a humanidade. No entanto, esse aterramento deixa um vestígio nobre: o Cais foi encoberto, mas na praça foi erigido um chafariz – construído com as mesmas lajotas que tinham cimentado o caminho por onde passou a Imperatriz - em homenagem a Teresa Cristina, deixando um lastro de lembrança do momento em que a Imperatriz embarcara no mesmo cais de seus escravos.

Figura 20: Chafariz em homenagem a Teresa Cristina. Iniciativa da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em homenagem ao desembarque da Imperatriz, esposa de D. Pedro II. Inauguração em 2/12/1872



Fonte: Leonardo Martins – Flickr.

Nesse jogo de práticas discursivas²⁶, se inscreve a tensão entre o esquecimento voluntário (Robin, 2016) – apagar o crime da escravidão – e o gesto de manter a memória da chegada da Imperatriz. Gestos em prol da manutenção do colonialismo.

²⁶ A prática discursiva, segundo Michel Foucault ([1969] 2012), é aquilo que organiza os elementos que podem ser ditos numa explicação. É aquilo que organiza os signos que são considerados razoáveis para serem falados a respeito de qualquer objeto. É aquilo que permite que um objeto seja um objeto.

Com a nova urbanização – o verde da grama, a cor dos prédios no entorno e a cor do chafariz – remetem ao que Robin (2016, p. 81) vai denominar de “a cor do esquecimento”, a cor do político, pensado em Pêcheux (1990) como o “encontro de uma memória com uma atualidade” do colonialismo.

Esses dois fatos – o encobrimento do local do desterro e a lembrança da presença da Imperatriz – nos faz, também, recorrer a Paul Ricoeur. Com a narrativa de ato heroico, reconhecemos que isso nada mais é que a herança da violência fundadora do colonialismo:

“O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez. Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para os outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração do outro. É assim que se armazenam, nos arquivos de memória coletiva, feridos reais e simbólicos.” (Ricoeur, 2007, p. 95).

4.2.3 Revisionismo e lugares de memória em conflito

Com as obras do Porto Maravilha²⁷, redescobriu-se o Cais do Valongo e, a partir das reivindicações do Movimento Negro e demais agentes da sociedade civil, em 2011, a região começou a ser escavada, com o objetivo de desenterrar esse passado sobre a escravidão. Neste processo de desaterramento, restos que contam parte da história dos escravizados (miçangas, patuás, etc)²⁸ foram colocados à tona, revelando que a história não se encerrava ali.

²⁷ O Porto Maravilha é um projeto criado em 2009, pela Prefeitura da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sob a gestão do prefeito Eduardo Paes (2009-2012), para a recuperação da infraestrutura urbana, dos transportes, do meio ambiente e dos patrimônios histórico e cultural da Região Portuária. Como objetivo dessa reestruturação estava prevista a melhoria das condições habitacionais e a atração de novos moradores para a área de 5 milhões de metros quadrados (m²), além da chegada empresas e o estímulo da economia para a região que abrange os bairros do Santo Cristo, Gamboa, Saúde e trechos do Centro, Caju, Cidade Nova e São Cristóvão. Atualmente, o Porto Maravilha não está concluído em sua totalidade, porém um grupo de trabalho para cuidar do Circuito Herança Africana após a descoberta do Cais do Valongo e alguns espaços citados nesta tese já estão em funcionamento. Fonte: <https://www.ccpa.rio/projeto/porto-maravilha/>

²⁸ Como parte do projeto de recuperação e busca pelas memórias em 13 de maio de 2005 foi criado o Instituto dos Pretos Novos (IPN) “com a missão de pesquisar, estudar, investigar e preservar o patrimônio material e imaterial africano e afro-brasileiro, cuja conservação e proteção seja de interesse público, com ênfase ao sítio histórico e arqueológico do Cemitério dos Pretos Novos, sobretudo com a finalidade de valorizar a memória e identidade cultural brasileira em Diáspora.” Fonte: <https://pretosnovos.com.br/ipn/>

Figura 21: Atual Cais do Valongo, após as escavações de 2011, a partir das reivindicações do Movimento Negro. Em 2017, a UNESCO concede o título de patrimônio da humanidade ao espaço



Fonte: Diário do Rio

No movimento de apagamento da história, tão logo o cais foi aterrado se constrói um jardim suspenso.

4.2.4 O Jardim Suspenso

O Jardim Suspenso do Valongo é uma construção paisagística na encosta oeste do Morro da Conceição. Data de 1906, uma encomenda do prefeito Pereira Passos ao arquiteto-paisagista Luis Rey nos moldes dos parques franceses do século XIX. Possui estátuas dos deuses Minerva, Marte, Ceres e Mercúrio, que antes adornavam o Cais da Imperatriz.

Desde os anos 2010, virou ponto turístico como parte do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana. No Jardim Suspenso foi aberto o Centro Cultural Pequena África, com peças de arqueologia, na Casa da Guarda. O Centro Cultural foi criado para resgatar e preservar os valores culturais da antiga Pequena África, em contraponto com a criação do Jardim do Valongo à época, buscando-se apagar os traços do tráfico negreiro na região.

Figura 22: Vista do Jardim Suspenso do Valongo com casario de arquitetura francesa – hoje centro cultural.



Fonte: Riotur

Figura 23: Placa de informações do Jardim Suspenso do Valongo



Fonte: Riotur

Falar em gestos de revisionismo é também discutir “os esquecimentos sistemáticos em formas de perdões ou de anistias” (Robin, 2016, p. 82) que se estendem, tanto ao que dissemos acima com relação ao Jardim Suspenso do Valongo quanto ao Centro Cultural Pequena África. Práticas que nada mais são que uma maneira de se buscar apagar o nosso passado.

“**Um pequeno oásis.**” Essa é a frase inicial encontrada no site de informações da Riotur (órgão de turismo do município do Rio de Janeiro), se referindo à região onde hoje compreende o Jardim Suspenso do Valongo. O enunciado “um pequeno

oásis” não funciona como uma denominação qualquer. Ao contrário, cumpre a função, como propõe Pêcheux (1975, p. 99-100), que os nomes próprios desempenham: “levar ao extremo a operação de determinação” interligada ao pré-construído. Os *nomes próprios* que, por acaso, antes não seriam próprios, associados às “expressões parafrásticas que lhes correspondem, podem ser construídos por determinação” (idem, p. 100). Nesse ponto, Pêcheux analisa o funcionamento de demonstrativos (isto/aquele) remetendo ao que diz Frege (1960)²⁹:

Lugares, instantes, intervalos de tempo são, sob o ponto de vista lógico, considerados objetos; portanto, a designação linguística de um lugar determinado, de um instante determinado ou de um intervalo de tempo determinado deve ser considerada um nome próprio (Pêcheux, 1975, p. 136, se remetendo a Frege).

Com Pêcheux (1975), podemos, assim, entender que o demonstrativo (isto/aquele) pode aparecer como “o “instrumento” universal de construção de nomes próprios” (Pêcheux, 1975, p. 101). Na materialidade linguística de “um pequeno oásis” nos deparamos com a definição gramatical de “um” como *artigo indefinido*, mas que acaba neutralizada em seu escopo semântico, quando, uma vez modificando o sintagma “pequeno oásis”, determina/define o logradouro Jardim Suspenso do Valongo como “aquele que é” um pequeno oásis.

Com as investidas de (des)caracterização do espaço urbano (aterramentos), o Cais original (1774) perde suas características que atendia ao tráfico de escravizados e dá espaço ao visagismo europeu (na arquitetura e com a instalação de estátuas gregas). Historicamente, instala-se uma disputa por uma determinada memória que se faz através das (in)visibilidades do urbano. Souza (2018) investe na definição da arquitetura do (in)visível:

Jogam nessa arquitetura elementos que permitem compreender aquilo que já pode haver de discursivo. [...] É nesse sentido que a arquitetura do não verbal se faz através de paráfrases visuais – ou pelo trabalho da policromia, como definido em Souza (2001) –, quando se opera com a articulação do que é visível ou está implícito, ou do que é apagado, ganha-se em visibilidade ao se atestar a falta do que um dia fora visível. Assim, a discursividade se constrói por um movimento de deslizamentos de sentido contínuo (Souza, 2018, p. 25).

²⁹ Pêcheux refere-se à obra de Frege, *Ecrits logiques et philosophiques*, Paris: Editions du Seuil, 1971, 237 p. (1971).

Um dos objetivos de Souza (2018), ao definir a arquitetura do (in)visível esbarra com a questão em torno do real do visível. “Existe um real do visível? Provavelmente não, mas existe um *real da história*³⁰” (idem, p. 33). Um real da história que se materializa na arquitetura do urbano que se faz por movimentos de paráfrases visuais que se sobrepõem no curso da história. “O real é o impossível... que seja de outro modo.” (Pêcheux, 1990, p. 29).

Pensar com Gadet e Pêcheux (2004, p. 64), sobre o real da língua quando assumem que “o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (lingüístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história” nos faz refletir sobre a escrita da cidade. Ainda com os dois autores, “A irrupção do equívoco afeta o real da história” (idem) e, para nós, traz também a irrupção do acontecimento: a dessignificação e a apropriação dos lugares de memória.

Vimos, até aqui, as várias mudanças por que passou o espaço que compreende a área do Valongo – antes lugar de desembarque de escravizados e desvencilhamento de corpos, hoje reurbanizado com outra arquitetura e com investimento em paisagismo. “Paisagem e espaço não são sinônimos”, como afirma Santos (2006). Mas por que investir nessa diferença?

Paisagem e espaço não são sinónimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. (Santos, 2006, p. 66)

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais - concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. *O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única.* Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente (Santos, 2006, p. 67; grifo nosso).

³⁰ Gadet e Pêcheux (2004, p. 52) definem o real da história como “uma contradição da qual o impossível não seria foracluído”.

Sendo o espaço sempre um presente, uma construção horizontal de valor sistêmico, ao se reconfigurar o Cais do Valongo – com jardins suspensos e construções ao estilo europeu – se reveste este espaço com outros valores – que não o da escravização. O espaço é igualmente definido através do seu uso como conjunto de valores (Santos, 2006), cuja função lhe é conferida, em diversos momentos, pela sociedade a cada pedaço da matéria, isto é, a cada fração da paisagem. Funcionaria, assim, como mecanismo que impulsiona a dessignificação do espaço como “um equívoco da história”, para ser ressignificado como “um pequeno oásis”.

O espaço é sempre presente e (a)temporaliza a história.

4.2.5 Pequena África: “a flor da terra”

O termo “Pequena África” é emprestado do compositor e artista plástico popular Heitor dos Prazeres, quando assim denomina a região da Praça Onze, local do terreiro da Tia Ciata³¹ e onde se realizavam os primeiros desfiles das Escolas de Samba. Ou seja, Pequena África denomina uma área de acolhimento de diferentes indivíduos (negros, imigrantes, brasileiros) que ali se encontravam em busca de uma nova realidade social.

Aqui, em nosso trabalho, pensamos o termo Pequena África recobrando alguns percursos da história. Com o tráfico de negros escravizados, o Cais se reterritorializa como parte da África, porto de origem dos sujeitos acorrentados: com estes desembarcam vivências, crenças, valores, dor, tudo que se refugiava na memória. Até serem distribuídos/vendidos aos grandes senhores, a resistência é o apego a lembranças afetivas e o apego às suas práticas discursivas: a música, a dança, o jogo de búzios, as pulseiras, os colares de miçangas, a capoeiragem, a língua são, de imediato, os esteios da luta. Práticas que dão corpo à materialidade das línguas

³¹ Hilária Batista de Almeida, conhecida popularmente como Tia Ciata, nasceu no Recôncavo Baiano e aos 22 anos de idade veio para o Rio de Janeiro e formou uma nova família ao se casar com João Baptista da Silva, funcionário público com quem teve 14 filhos. Continuou os preceitos do santo na casa de João Alabá, tornando-se Mãe-Pequena. Morou inicialmente na Pedra do Sal, Beco João Inácio, Rua da Alfândega, 304 e posteriormente na Rua General Pedra, Rua dos Cajueiros e mais tarde na Rua Visconde de Itaúna, residindo na Cidade Nova entre os anos de 1899 e 1924. Foi uma das responsáveis pela sedimentação do samba-carioca – na época em que qualquer manifestação cultural da negritude era vista como insubordinação pelo Estado – e tornou-se uma espécie de primeira dama das comunidades negras da Pequena África.

que ali eram ouvidas/faladas e à constituição da brasilidade. Já no século XVIII se tinha a fundação de uma pequena África. Hoje, cartografada como roteiro turístico:

Figura 24: A Região Portuária – conhecida como Pequena África – e atualmente com o Circuito Herança Africana (pontos turísticos e memória dos negros escravizados)



Fonte: Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPar)³²

Pela cartografia *turística* da Pequena África, pode-se ver como se materializam as práticas instituídas com o curso da história. Os pontos 1, 2 e 3 – Cais do Valongo, Pedra do Sal e Largo do Depósito – serviam ao desembarque dos negros e ao comércio dos escravos e territorializam o desterro. O Cemitério dos Pretos Novos era o local de desova daquele – a flor da terra³³ – que não resistia ao desterro. No entremeio desses logradouros, temos o Jardim Suspenso do Valongo (1906), com visagem europeia, e o Centro Cultural José Bonifácio, onde funciona o Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB), fundado em 2017).

Como lugares de memória, esses espaços guardam a dor, o sofrimento, a desesperança e guardam os esquecimentos voluntários (Robin, 2016), com a construção dos jardins e dos centros culturais. Mas, ao mesmo tempo, todo esse espaço é designificado por gestos de resistência; reapropriado como outro território

³² <https://www.ccpa.rio/circuito-da-heranca-africana>

³³ O termo “A flor da terra” é uma paráfrase do enunciado “À flor da terra”, título do enredo da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira para o carnaval de 2025, quando tematizam todos os acontecimentos em torno da diáspora africana para o Rio de Janeiro.

– Pequena África. É o local de encontros, festejos e memória, onde a dor e o sofrimento de outrora são superados por gestos de louvação a toda uma ancestralidade, jamais apagada; resistem às artimanhas dos esquecimentos voluntários. Toda essa reapropriação e reterritorialização do desejo de que a história poderia ter sido outra não encobre a contradição instituída pela espoliação do urbano: a Pequena África é “redescoberta” como roteiro cultural.

Ainda sobre a celebração da memória do povo negro, vale destacar que a luta pelos direitos civis da população negra é planejada ainda na época do período escravagista. “Não existe dominação sem resistência” (Pêcheux, 1975). Através de Zumbi dos Palmares, Chico da Matilde, Dandara dos Palmares, práticas como a quilombagem (fuga para os quilombos) e o bandoleirismo (guerrilha contra viajantes e povoados) foram os primeiros indícios de que a escravidão era um sistema nocivo e criminoso contra toda uma população de pessoas. Em seguida, o Movimento Liberal Abolicionista ganha força e a ideia de pôr fim à escravidão e ao comércio de pessoas escravizadas começa a ser materializado. Em 13 de Maio de 1888, a Lei Áurea é assinada e o longo período escravagista se encerra institucionalmente, apesar da população negra sofrer os efeitos desse período até hoje.

Conforme citado nas seções anteriores, ao fim do período escravagista, os negros se viram livres, porém sem nenhum amparo intelectual e civil, buscaram habitar a cidade através do povoamento nos morros e nas favelas, fazendo surgir um outro lado da história – marginalizado – pela historiografia original. (Cf: Luna, 1986).

Essa desorganização retrata o país que não se preparou para a pós-abolição, largando à sorte aqueles que outrora serviram de mão de obra para o desenvolvimento da nação. A lei somente permitiu que os negros saíssem da condição de escravizados, mas não lhes garantiu direitos adicionais. As dificuldades transmitidas por eles errantes pelas ruas, sedentos e esfomeados, também fazem parte de sua amarga trajetória. Trajetória essa que é atualizada até hoje.

A cidade do Rio de Janeiro é um exemplo de distribuição geográfica onde a população negra se faz presente de forma marginalizada. A grande parte da população negra habita os morros e favelas da cidade, como o Morro da Providência (considerado por alguns como a primeira favela do Rio de Janeiro), Morro da Conceição, Morro do Fallet, Morro do Fogueteiro, a própria Pequena África, etc. Locais que hoje fazem parte da cultura da cidade e também foram ressignificados

pelos que ali habitam e que se engajam para oferecer dignidade a toda população negra.

4.2.6 Centro da Cidade e os sentidos

“A cidade é organização, é injunção a trajetos, a vias, a repartições, a programas, a traçados e a tratados.” (Orlandi, 2004, p. 63). Dessa definição de cidade proposta por Orlandi, é que iniciamos a nossa reflexão sobre a escrita urbana da área que abriga, no centro da cidade do Rio de Janeiro, o prédio do antigo Ministério da Guerra – atual Palácio Duque de Caxias - e o Monumento a Zumbi dos Palmares.

Figura 25: Vista da região central do Rio de Janeiro. À direita, o Palácio Duque de Caxias – antigo Ministério da Guerra; à esquerda, a Estação Central do Brasil e ao fundo, o Morro da Providência.



Fonte: Prefeitura do Rio

Figura 26: Monumento a Zumbi dos Palmares no centro do Rio de Janeiro



Fonte: Arte Fora do Muro³⁴

Esta mesma área é marcada por vários movimentos na história.

Nela havia um antigo palácio, substituído na Era Vargas pelo atual prédio, ocupado hoje pelo Comando Militar do Leste, pela 1ª Região Militar, pelo Departamento de Ensino e Pesquisa e suas Diretorias e pelo Arquivo Histórico do Exército, entre outros órgãos da administração do Exército. No entorno do antigo palácio, aconteceram a aclamação de Dom João VI como rei de Portugal, o dia do Fico e o dia em que Dom Pedro I discursou como imperador do Brasil.

No mesmo entorno, historicamente, esta região se constituiu como um reduto de resistência e povoamento daqueles que foram expulsos da cidade pela política de saneamento do “Bota Abaixo” do prefeito Pereira Passos, que resultou no deslocamento da população negra e no consequente povoamento dos morros, como o Morro da Providência que fica ao fundo do Palácio Duque de Caxias. Esse movimento de evasão forçada acaba por constituir uma territorialidade de população negra. Lembramos que, nesta mesma região, havia o terreiro da Tia Ciata, hoje, Sambódromo, território do Carnaval.

Todos esses movimentos se dão pelo contínuo jogo de organização e desorganização da cidade. Um jogo que permite discursivizar a injunção a trajetos, mesmo sendo estes instituídos na base de contradições: o monumento que homenageia Zumbi é ladeado por instalações do exército brasileiro que, por relação

³⁴ <https://arteforadomuseu.com.br/zumbi-dos-palmares/>

metonímica, é o mesmo comando que persegue e acaba por fazer sucumbir o herói. Como diz Foucault: “A contradição funciona, então, ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade.” (Foucault, 1987, p.173)

Outro exemplo de desorganização se dá em relação a Zumbi dos Palmares e o Estado. Zumbi, líder quilombola brasileiro, é eleito um personagem da história oficial, inscrito nos livros e homenageado em monumentos por cidades do país. Entretanto, por ser um líder do movimento negro, o Estado tenta, através de medidas impositivas, apagar a história. Hoje, a maioria que passa pelas escolas tem a escravidão como um fato vago e em termos suavizados: o herói Zumbi, o senhor desalmado e insensível, a sinhazinha bondosa que frequentava a senzala.

Em 2014, o monumento de Zumbi apareceu com algumas pichações, incluindo o símbolo da suástica. Foram dois homens, um eletricitista e um marceneiro, ambos negros que afirmaram que seus gestos nada teriam a ver com uma postura racista. Disseram desconhecer o que significa o símbolo da suástica, que, entre os pichadores, significa rebeldia. Apesar de não terem sido presos, pois não houve flagrante, poderiam ter sido a eles imputados três crimes: pichação de monumento público, utilização da cruz da suástica símbolo do nazismo e associação criminosa.

Figura 27: Monumento a Zumbi dos Palmares pichado com a suástica



Fonte: G1

Para Mariani e Medeiros (2013, p. 10), a pichação do ponto de vista do poder instituído é compreendida como “sujeira nas paredes dos muros, dos monumentos e

das casas, ou pode ser lida como marcas que delimitam territórios, que escrevem histórias de grupos socialmente discriminados ou que reivindicam um espaço de fala”.

“E quando a pichação é da prefeitura?”, indagam Mariani e Medeiros quando analisam a impressão da sigla SMH em casas no Morro da Providência, centro do Rio, sujeitas a serem derrubadas. Assinalam que aí está em jogo o gesto contraditório do estado: “punindo aquele que picha e, ao mesmo tempo, pichando a casa do morador do Morro da Providência, apontada como a primeira favela da cidade do Rio de Janeiro”. (Mariani e Medeiros, 2013)

Cada monumento traz consigo versões da história que estão em circulação, quando os monumentos são arquitetados e instalados no urbano, ou quando são alvo de atos juridicamente tomados como atos criminosos. Criminosos, não porque agredem o homenageado, mas sim porque as sujeiras, as pichações, a depredação atingem um monumento público, patrimônio material do estado.

4.2.7 Memória da diáspora africana

Recentemente, foi inaugurado no Cais do Valongo, um monumento chamado “Memória da Diáspora Africana”. Trata-se de uma arquitetura tridimensional feita de aço corten e que simboliza o continente africano em primeiro plano (vista frontal) e, em segundo plano (vista transversal), representa – metonimicamente – os negros africanos que forçadamente são trazidos para o Rio de Janeiro.

Ainda, compõem o monumento quatro totens que apontam para os cursos da história e percurso da memória desde 1774 até 2017:

- i) Totem Apagamentos e Patrimonialização: “Apagamentos³⁵ da memória da população negra na região do Valongo.” 1831 – 2017.
- ii) Totem Cemitério dos Pretos Novos: “Instalado em 1774, era o local de enterro dos africanos desembarcados no Valongo que não resistiam às péssimas condições da travessia.”
- iii) Totem Calunga Grande: “A travessia do Oceano Atlântico. Os navios de escravagistas, conhecidos como navios negreiros, faziam as viagens com sua ocupação máxima com péssimas condições de higiene e saúde”.

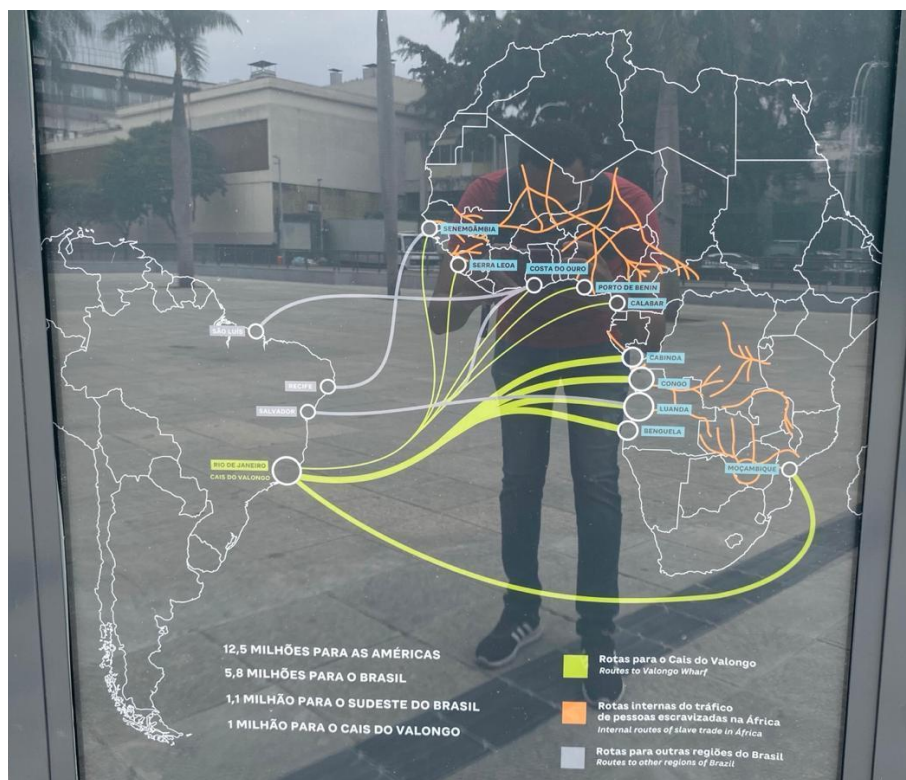
³⁵ Este totem mostra que, desde 1831, com a desativação do Cais do Valongo e as investidas no apagamento da memória da escravidão com a instalação do Cais da Imperatriz, a praça do Jornal do Comércio e o Jardim Suspense do Valongo.

- iv) Totem Rotas para o Valongo: “O tráfico transatlântico de pessoas negras do Continente Africano se deu em vários países. O local de chegada nas Américas e no Rio de Janeiro, cerca de 1 milhão de negros escravizados foram trazidos para o Cais do Valongo.”

O totem IV (figura 28 abaixo) ilustra as rotas do tráfico de escravizados. Interessante a observar que, hoje em dia, a imigração de refugiados para o Brasil assinala a vinda de indivíduos desses mesmos portos:

A memória das rotas migratórias esbarra na atualidade do acontecimento. Os negros aprisionados foram buscados em Congo e Angola; os refugiados que vêm do continente africano partem desses mesmos “portos”: 25% dos refugiados vêm da República Democrática do Congo; de Angola vêm 13%, entre os dez países de onde mais se têm procedências de refugiados (Souza e Rosa, 2021, p. 214).

Figura 28: Totem “Rotas para o Valongo” disponibilizado no Cais do Valongo como parte integrante do Monumento “Memória da Diáspora Africana”



Fonte: acervo pessoal do autor

Essa arquitetura em totens e com o monumento em seu todo, pode ser entendida como um marco atual da territorialidade da Pequena África ao mesmo tempo, ressoa aí a diáspora africana em seu curso.

Trabalhando o conceito de arquitetura do não-verbal (Souza, 2018), pensamos na arquitetura do monumento em questão. Segundo a autora, a arquitetura do não verbal se institui a partir de um conjunto de paráfrases visuais que trabalham uma ressonância discursiva (diferente do que propõe Serrani) em contraponto à sentidos tidos como hegemônicos.

Assim, o novo monumento no espaço do Cais do Valongo, em termos de arquitetura, ressoa a um só tempo o mapa do continente africano e incrustado “nesse continente” o perfil daqueles que vieram da África.

Figura 29: Monumento “Memória da Diáspora Africana” no Cais do Valongo (visão frontal)



Fonte: acervo pessoal do autor

Figura 30: Monumento “Memória da Diáspora Africana” (visão transversal)



Fonte: acervo pessoal do autor

Mais uma vez textualiza-se, em termos não verbais, a inscrição política de revisionismo histórico. Não há como não recorrer, a partir dessa arquitetura, a dois conceitos: interdiscurso, definido em Courtine (1983) e contradição discursiva (Foucault, 1969).

No interdiscurso, instaurado no domínio de memória, se dá aquilo que constitui o exterior do enunciável, no qual o sujeito nada tem de assinalável: “que ressoa no domínio de memória somente uma voz sem nome” (Courtine, [1983] 1999, p.19). Ao mesmo tempo, em que o estado doa um monumento ao lugar onde se concretizou um fato non sense – a escravidão –, na arquitetura desse monumento “se estampa” esse mesmo fato: a chegada por desterro dos escravizados. Metaforicamente, as silhuetas dos negros fazem repetir o curso da história, quando os indivíduos desterrados de seu lugar de origem, desembarcavam no Cais do Valongo.

Em termos discursivos, podemos dizer que a projeção desse monumento não escapa à contradição, em termos foucaultianos:

Tal contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele liberte, enfim, sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é

a partir dela que ele emerge; é ao mesmo tempo para traduzi-la e superá-la que ele se põe a falar: é para fugir dela, enquanto ela renasce sem cessar através dele, que ele continua e recomeça indefinidamente, é por ela estar sempre aquém dele e por ele jamais poder contorná-la inteiramente, que ele muda, se metamorfoseia, escapa de si mesmo em sua própria continuidade. A contradição funciona, então, ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade (Foucault, [1969]1987, p. 173).

Enfim, falamos aqui de gestos que imprimem a escrita da/na cidade.

5 A LEI Nº 8.2025/2023 E OS EFEITOS DE SENTIDO: DERRUBAR? SUBSTITUIR?

Como discutimos na seção anterior, o gesto de revisionismo do Prefeito Eduardo Paes ao instalar o monumento Memória da Diáspora Africana pode ser pensado, em termos discursivos, como a contradição entre homenagear e reviver o acontecimento da escravidão no Brasil.

Ainda nos parece contraditório que Eduardo Paes tenha se negado a sancionar a lei 8.2025/2023, mas promulgada pela Câmara de Vereadores, que veda, no município do Rio de Janeiro, “manter ou instalar monumentos, estátuas, placas e quaisquer homenagens que façam menções positivas e/ou elogiosas a escravocratas, eugenistas e pessoas que tenham perpetrado atos lesivos aos direitos humanos, aos valores democráticos, ao respeito à liberdade religiosa e que tenham praticado atos de natureza racista.”

Em termos de revisionismo, o que fazer: derrubar?, substituir? São perguntas da professora Bethania Mariani que nos levaram a procurar na gestão administrativa da cidade, possíveis gestos legais que, ao mesmo tempo, atenderiam aos dois movimentos: o do revisionismo histórico e o das manifestações populares, como práticas de decolonização.

De acordo com a determinação da lei, as homenagens já instaladas em espaço público deverão ser transferidas para ambiente de perfil museológico, fechado ou a céu aberto, e deverão estar acompanhadas de informações que contextualizem e informem sobre a obra e seu personagem. Ou seja, não se pode apagar ou ignorar o curso da história, mas parece poder esconder a face dos personagens da história. O que nos leva a pensar no conceito de memórias-próteses de Robin (2016), baseada no cineasta Landsbert³⁶:

“Memórias-próteses” porque, à imagem dos membros artificiais, elas fazem agora parte do corpo. São espaços transferenciais nos quais os indivíduos são convidados a ter novas experiências. (Robin, 2016, p. 351)

Os dois filmes mostram que a memória se cria sem parar, que ela é tão orientada para o futuro quanto para o passado: “Aquilo que a pulsão para se lembrar exprime é o desejo de reexperimentar a história – não para validar o passado sem lhe colocar questão, mas

³⁶ Cineasta de vários filmes nos quais Régine Robin se baseia para pensar o conceito de “memórias-próteses”.

para colocar em jogo a matéria-prima vital e insustentável da história, lembrando-nos a inevitabilidade do presente.” (*apud* Robin, *idem*, p. 354).

Enfim, a administração da relação entre memória e espaço urbano se dá, como diz Orlandi (2001; 2004) por atravessamentos: atravessamento na materialidade do não verbal, atravessamento nos modos de significar e atravessamento dos sujeitos. As memórias-próteses dão lugar a novos dispositivos que, inevitavelmente, fazem com que o sujeito em seus atravessamentos se depare com o presente.

CONCLUSÃO

Nosso trajeto, ao pensar delinear a cartografia do urbano, nos levou ao atravessar a cidade, “caminhar” através dos movimentos da história e toda sua narrativa, incrustada – e inscrita – em praças, monumentos, ruas e logradouros. Lugares de memória.

Lugares que materializam a memória social e seus múltiplos sentidos; lugares funcionais em seus valores – coletivos, simbólicos, históricos; lugares de inquietação pela memória. “Os lugares de memória são, antes de mais nada, restos. [...] São rituais de uma sociedade sem ritual, sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza, ilusões de eternidade.” (Nora, 1984).

Nos rasgos da história, podemos recuperar textos/discursos que atestam o direito à memória e à memória de direito. A partir de 1930 foi possível pensar e empenhar um campo de luta política pelos direitos civis e legais da população afro-brasileira. A criação da Frente Negra Brasileira e o Movimento Negro Unificado (década de 70) começaram a pensar o Brasil sob a ótica da negritude, descentralizando toda narrativa oficial e embranquecida que sempre fora empenhada ao longo dos anos e ensinada nas escolas. Foram criadas e promulgadas leis (Lei 1390/1959, Lei Caó/1989, Lei 12.711/12 e Lei 12.990/14) voltadas à população negra, efetivando seu protagonismo na sociedade.

“As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.” (Adichie, 2019). Quando rejeitamos a história única ou oficial, pensamos com Rancière mudar a órbita dos acontecimentos: desnaturalizar a forma como, ainda no presente, a escravidão por desterro é pensada no Brasil; necessário é lutar pelo direito à memória, mesmo que seja com gestos desorganizados.

Vidas negras importam, sejam elas ancestrais, mas atualizadas por aqueles que lutam pela permanência da memória. O questionamento à história oficial é flagrante em vários gritos de protesto que ressoam pelo mundo e que se materializam em diferentes práticas discursivas. Os lugares de memória de dor, sofrimento, injustiças e de homenagens aos “heróis colonizadores” estão sempre sujeitos a apagamentos e a ressignificação do espaço como valor sistêmico sempre presente, onde é

possível se instaurar outras formas de dizer. O Cais do Valongo, a Pedra do Sal, o MUHCAB, por exemplo, são reterritorializados como a Pequena África. Espaços onde o “sujeito se sente em casa” (Deleuze e Guattari, 1995).

Lugares onde se instituem as linhas de fuga (ainda Deleuze e Guattari, 1995). Para os autores, as linhas de fuga correspondem à desterritorialização, a partir da qual elas mudam de natureza. Ou seja, a linha de fuga corresponde ao que Deleuze e Guattari chamam de agenciamentos, e ela própria atua como um fator para um novo agenciamento que, em última instância, permite que seja adaptada a mudanças, as quais podem estar associadas a novos fatores políticos, sociológicos e psicológicos.

Vemos a Praça Tiradentes, na cidade do Rio de Janeiro, como outro exemplo de ressignificação do espaço. Espaço de outros agenciamentos. Sob a estátua em homenagem ao gesto imaginário da Proclamação da Independência pelo Imperador Pedro I, se desenrola uma outra história: o Samba do Pede Teresa.

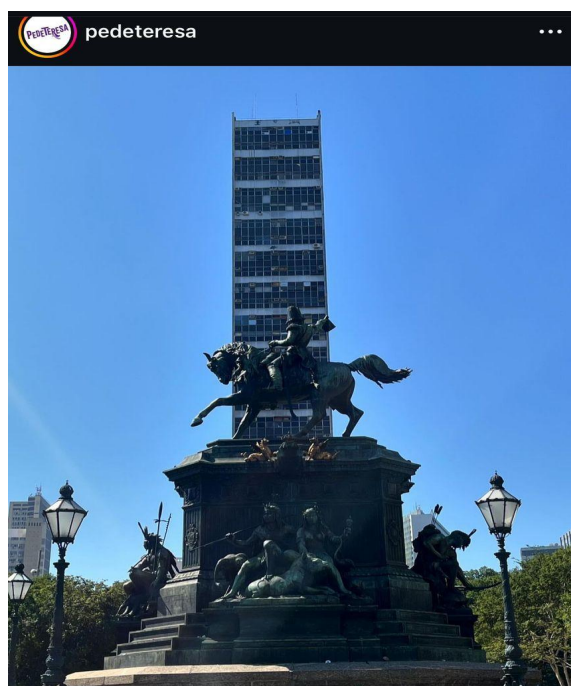
Figura 31: Roda de Samba “Pede Teresa” na Praça Tiradentes, local onde se encontra o monumento a Dom Pedro I



Fonte: acervo pessoal do autor

Vale lembrar que os organizadores do evento “Roda de Samba Pede Teresa” ao anunciar em seu Instagram as datas da roda de samba se utilizam da imagem do monumento.

Figura 32: Página do *Instagram* da roda de samba: Pede Teresa com a imagem do Monumento a Dom Pedro I



Fonte: Instagram @pedeteresa

A linha de fuga é, assim, a resistência, o agenciamento de outra forma de ser e estar. Com essa retomada da Praça Tiradentes como um espaço de atividades culturais afro-brasileiras (feiras, rodas de samba, shows) se apaga a história oficial, quando a imagem do Imperador é sobreposta pelas imagens dos sujeitos que, nos dias de hoje – já que o espaço é sempre presente e atemporal – “se sentem em casa”.

E, para nós, é na relação paradoxal entre acontecimentos, documentos e monumentos que o Estado acaba por individuar os sujeitos. Os gestos administrativos na deliberação de quem têm direito ao monumento vêm em prol de relegar os fatos – sejam eles quaisquer: fazer figurar o colonizador, o escravocrata, o ditador, o descobridor, o herói etc. – no domínio da memória, pensado por Courtine (1983), como redes de formulações, em relação com o controle e apagamentos. Em contrapartida, os gestos daqueles que buscam fazer circular outra via da história – como a investida aos monumentos - são julgados como atos de delinquência e desacato à ordem dos gestores oficiais e à ordem do discurso inscrita oficialmente na cidade, que se escreve pela cartografia dos monumentos no urbano.

Se a irrupção do equívoco afeta o real da história, que o real seja outro.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Tradução: José Horta Nunes. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução: Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. **História da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2014.
- COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Revista Policromias**, v. 1, n. 1. 2016. p. 14-35.
- COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. *In*: Indursky, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). **Os múltiplos territórios da Análise de Discurso**. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzato, 1999.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.
- DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? *In*: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Tradução: José Horta Nunes. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015. p. 21-30.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1696] 1987.
- FOUCAULT, Michel. Arqueologia e a história das ideias *IN*: **A Arqueologia do Saber**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 2012.
- FRANÇA, João Paulo. As ruas no processo de disputa da memória coletiva: a nomeação e renomeação dos logradouros públicos no século XXI e suas implicações históricas e cotidianas. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, n. 10, 2019, p. 230-253. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/rchv10n09.2019.0013>. Acesso em: 23 jul. 2024.

FREGE, G. **Translations from the philosophical writings of Gottlob Frege**. Oxford: Blackwell, 1960.

FURTADO, Joaci Pereira. Falas de um monumento: o MAC Niterói no imaginário da cidade. **Revista Geografia, Literatura e Arte**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 5-21, jul./dez. 2021.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Tradução: Bethania Mariani, Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GRIGOLETTO, Evandra; MARIANI, Bethania. Entrevista com Eni Orlandi. **Revista da Abralín**, v. 19, n. 3, p. 247-268, 2020.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine. **Discurso e arquivo**: experimentações em análise do discurso. Tradução: Carolina Padilha Fedatto, Paula Chiaretti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo (orgs.). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas, RS: Educat, 2001. p. 27-42.

KAGAN, Richard. Clio and the crown: the politics of history. In: **Medieval and Early-Modern Spain**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009.

KOGAWA, João. Carlos Henrique de Escobar por ele mesmo: tragicidade e teoria do discurso **Diálogos**: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 18, n. 2, p. 927-944, maio/ago. 2014.

KOWARICK, Lucio. **Espoliação urbana**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão**. Rio de Janeiro: Leitura, 1968.

MACEDO, Sérgio Diogo Teixeira. **Crônica do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1974.

MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. Discurso urbano e enigmas no Rio de Janeiro: pichações, grafites, decalques. **RUA**, Campinas, SP, v. 20, p. 127–142, 2015. DOI: 10.20396/rua.v20i0.8638261. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638261>. Acesso em: 11 nov. 2024.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso**: histórias e práticas. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: Pierre Nora (org). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, [1984].

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, n. 10, p. 7-28 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 23 jul. 2024.

OLIVEIRA, Alex Sander de; RADDE, Augusto. Condições de Produção. *In*: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2020. p. 47-59.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **RUA**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 35–47, [1995] 2005. Disponível em: 10.20396/rua.v1i1.8638914. Acesso em: 23 jul. 2024.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. *In*: **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, [1969] 2014. p.61-161.

PÊCHEUX, Michel. **Análise do discurso**: Michel Pêcheux (textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi). Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1988 [1975].

PÊCHEUX, Michel. 2009 [1975]. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Traduzido por Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: ed. UNICAMP.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. 2. ed. Tradução: Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: ensaio da poética do saber. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. 2. ed. Tradução: Raquel Ramallete, Laís Eleonora Vilanova, Lígia Vassalo, Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Ed. 34, 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. Tradução: Werner Rothschild Davidsohn, Anar Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Tradução: Cristiane Dias, Graciely Costa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2016.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo : Brasiliense, 2009.

ROSA, Rodrigo Pereira da Silva. Entrevista com Carlos Henrique de Escobar Fagundes. **Revista Policromias**, v. 4, n. 1, p. 203-208, jun. 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. **Discurso e imagem**: perspectivas de análise não verbal. **Ciberlegenda**, Niterói, RJ, n. 1 v. 1, jan. 1998.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. **RUA**, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 65–94, 2015.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Sociolinguística e Análise do Discurso. In: Mollica, MC; Ferrarezi-Junior, Celso. (Org.). **Sociolinguística, sociolinguísticas - uma introdução**. 1ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016, v. 1, p. 123-133.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Perspectivas da análise do (in)visível: a arquitetura discursiva do não verbal. **RUA**, Campinas, SP, v. 24, n. 1, jun. 2018.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de; ROSA, Rodrigo Pereira da Silva. Plurilinguismo e cartografia discursiva do estado do Rio de Janeiro. **RUA**, Campinas, SP, v. 27, n. 2, p. 201–222, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8667773>. Acesso em: 19 out. 2024.